



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

XXIX • N.º 193 • SÃO PAULO • DE 9 A 15 DE NOVEMBRO 1974 PREÇO Cr\$3,00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

c.i.a. - sombra
tenebrosa da democracia

democracia é um bem do povo; não um favor da cúpula”

xodo



poupanças
da emigração para
portugal

açores: fim do
arrendamento feudal

nacionalidade
guineense
para portugueses

grupo
alemão aumentará
investimentos

delegados
sindicais
denunciam i.t.t.

Um processo revolucionário é uma sucessão de batalhas travadas a curtos intervalos. Pode-se dizer que nem tréguas há, porque nos momentos aparentemente serenos correspondem arduas tarefas de planejamento e de preparação de novas lutas. É assim no cenário de hoje.

Vencida a reação no terreno político, coloca-se agora ao país o grande desafio no terreno econômico. Sinal de que se toma plenamente consciência disso está nos comentários e artigos da imprensa diária e nos pronunciamentos de representantes dos partidos que integram o governo provisório. Impõe-se decisivamente a necessidade de se por em prática um plano destinado a reativar a produção, fazer absorver a mão de obra ociosa e a colocar os capitais disponíveis a serviço da criação de riqueza. Só isso pode assegurar, aos trabalhadores, trabalho e remuneração justa, e aos capitalistas, justa distribuição do seu capital.

Mas já está ficando claro que o país corre o risco de se dividir em dois campos de poder: o político, controlado pelas forças do progresso, e o econômico, dominado pelas forças conservadoras.

Se isso acontecer, se não houver um entendimento mútuo de vistas à mobilização dos meios econômicos para o desenvolvimento que o país requer, e que requer urgentemente, o povo português e seu governo não poderão deixar de se empenhar numa nova decisiva batalha pelo controle desses meios e pelo seu máximo aproveitamento a serviço dos interesses da nação.

Temos em Portugal, na área econômica, uma instituição criada, elaborada, aperfeiçoada e maternalmente protegida pela ditadura de Salazar, que é o monopólio. Na verdade, é até mais próprio dizer que os monopólios eram a própria ditadura. Sem eles, ela não teria sentido. Sem ela, eles jamais teriam florescido até ao ponto de asfixiarem o país.

Sendo assim, é fácil compreender que o poder democrático não lhes agrade, não lhes sirva e que, se puderem, o destruirão. Mas pode acontecer que compreendam que não podem destruí-lo e, então, para sobreviverem, não já como monopólios mas como grandes unidades econômicas integradas num conjunto de interesse mais amplo, regido por normas mais equitativas, decidam submeter-se aos interesses gerais.

Compete-lhes fazer a opção com clareza e sem muitas delongas. Se o não fizerem, cabe ao governo decidir, também sem delongas, sobre a forma como serão preservados os interesses da nação portuguesa. Só há uma empresa com direitos intocáveis: Portugal. O conjunto das empresas que constituem o seu sistema econômico, sejam pequenas, médias ou grandes, são simples segmentos, setores, sub-unidades, que devem subordinar-se à racionalidade, ao desempenho, ao equilíbrio e à eficiência do todo. Devem ser solidárias entre si e prosperar e crescer em função da prosperidade e do crescimento desse todo que é o sistema econômico nacional. Aliás, mesmo em países de economia liberal, a aceitação e a prática desse princípio já não é novidade.

Proclamação do Congresso Extraordinário do P.C.P.



Alvaro Cunhal discursando

O Partido Comunista Português propôs em Lisboa, a 20 de outubro, a adoção de medidas de emergência que permitam solucionar os problemas mais instantes da vida nacional, no decorrer do seu Congresso Extraordinário, reunido no Pavilhão dos Desportos, tendo em atenção que, mesmo antes de quaisquer reformas de fundo, se impõe essa plataforma transitória, tendente a consolidar a nova situação política, assegurar a estabilidade económica e financeira, melhorar as condições de vida das massas populares e garantir o caminho seguro para as eleições.

Essa proposta, contida num documento intitulado "Proclamação do Congresso Extraordinário do P.C.P.", foi aprovada por aclamação pelos delegados e convidados representantes das organizações de base do partido, que estiveram reunidos desde as nove da manhã até pouco depois da meia-noite.

Os delegados e convidados reuniram-se para apreciar e votar as propostas de alteração ao Programa e Estatuto do P.C.P., tendo os trabalhos decorrido com um entusiasmo constante e uma ampla participação.

O Congresso aprovou também alterações no programa e nos estatutos do Partido, que Alvaro Cunhal explicou como motivadas pelo fato de algumas expressões não serem entendidas com o sentido que o P.C. lhes dá. É o caso, por exemplo — afirmou —, da "ditadura do proletariado". "A ditadura do proletariado — disse —, em que o proletariado e os seus aliados detêm o poder, pode ter muitas formas. Pode ser pluripartidária. Pode ter numerosas formas de organização do Estado. A ditadura do proletariado é um regime mais democrático que a mais democrática das democracias burguesas".

Cunhal acrescentou que "entretanto, a expressão ditadura, utilizada agora em Portugal depois de 50 anos de ditadura fascista e numa situação muito particular, como a que atravessamos, não facilitaria a compreensão da política do Partido nem facilitaria a realização das suas tarefas".

**O P. C. P. RESPEITARÁ A —
ORDEM DEMOCRÁTICA
ESTABELECIDADA POR
PROCESSO GENUINO**

"O P.C.P. sujeita esta plataforma à aprovação do povo português e está pronto a examiná-la em conjunto com os seus aliados, com o fim de se encontrar o caminho da política comum e da ação comum", afir-

ma-se na proclamação do Congresso, aprovada, por aclamação, no decorrer dos trabalhos.

"Portugal vive em liberdade. A guerra colonial acabou". Assim começa o texto da proclamação do Congresso Extraordinário do P.C.P., assinalando que "o derrubamento do Governo fascista em 25 de Abril de 1974 modificou radicalmente a situação política portuguesa".

"Os partidos políticos, os sindicatos, as organizações democráticas passaram a atuar livremente", prossegue o documento.

"A imprensa publica-se sem censura. Os direitos de reunião e manifestação exercem-se normalmente. As Forças Armadas, que antes constituíam um pilar do regime odiado, tornaram-se um elenco decisivo na defesa das liberdades. Toda a vida política e atividade cívica do País foram democratizadas".

No entanto, recorda-se na proclamação, "o avanço da democratização e da descolonização não se fez sem vencer grandes resistências das forças reacionárias e conservadoras". E evocam-se "a tentativa de golpe constitucional encabeçada pelo ex-primeiro-ministro Palma Carlos" e "a grande manobra da maioria silenciosa" ligada à preparação de um golpe contra-revolucionário".

A proclamação acentua que "em 28 de Setembro de novo a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas infligiu sério revés à reação. A desarticulação da grande operação fascista e das organizações e atividades dos conspiradores, o afastamento de três generais da Junta e a demissão do general Spínola (que uma vez mais pretendia decretar o estado de sítio e assumir poderes ditatoriais) marcaram o fim da crise com uma grande vitória das forças da liberdade — a maior desde 25 de Abril. Provou-se uma vez mais que existem forças bastantes para cortar o passo à reação e fazer prosseguir e desenvolver o processo democrático".

No seguimento da proclamação, afirma o P.C.P. que seria "extremamente perigoso pensar que as forças reacionárias, batidas no 28 de Setembro, se conformam com a derrota e aceitam o jogo democrático".

Após diversas considerações acer-



O vasto recinto do Campo Pequeno não bastou para conter mais de 25.000 pessoas que na tarde de sábado ali acorreram para assistir ao comício promovido pelo P.C.P. De acordo com as orientações definidas no VII Congresso, as decisões finais e a Plataforma de Emergência do Partido Comunista deverão ser postas à aprovação do povo português. Neste propósito, o P.C.P. levou a efeito, de Norte a Sul do País, uma série de comícios, em que a participação da população foi altamente significativa.

ca das possibilidades de novo ataque da reação, faz-se notar que "cada dia que passa mostrará mais claramente que a única solução que corresponde aos interesses do povo e ao País é a restrição e final liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários".

Três direções capitais
"O reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento e prosseguimento da descolonização", tais são as três direções fundamentais para as quais aponta a sua "plataforma de emergência".

Quanto ao primeiro ponto (reforço do Estado democrático e defesa da liberdade), aponta-se a necessidade do "saneamento, em todo o aparelho do Estado, designadamente no alto funcionalismo, colocando em todos os postos importantes de responsabilidade política, económica, diplomática e administrativa, defensores da situação política atual", de "reorganização das forças militarizadas e policiais" e da "formação de um funcionalismo eficiente e devotado à nova situação política".

Quanto à defesa das liberdades, deseja-se a "garantia do amplo exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos", a "ampla participação popular na solução dos grandes problemas nacionais" e "a proibição de organizações, propaganda e atividades fascistas e reacionárias", com severas medidas contra conspirações contra-revolucionárias e contra a sabotagem económica.

No capítulo da defesa da estabilidade económica e financeira, sugere-se "o corte imediato das despesas não essenciais do Estado", o reforço das receitas públicas, através da "acentuação de caráter progressivo dos impostos, designadamente da sisa, sucessões e doações, tendo em vista onerar os grandes e aliviar de encargos os pequenos contribuintes (comerciantes, industriais e agricultores) e de impostos sobre os grandes rendimentos e capitais imobilizados".

Aponta-se, em seguida, o "papel dirigente e corretor da atividade bancária pela banca nacionalizada" e pede-se o "controle pelo Estado da atividade dos bancos privados e intervenção do Governo sempre que essa

atividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional".

Quanto à indústria, refere-se o "apoio e ajuda em créditos e outros estímulos às empresas, pequenas e grandes que derem uma contribuição positiva ao desenvolvimento económico, investindo capitais, aumentando a produção e criando postos de trabalho". Em contrapartida, solicitam-se "enérgicas medidas contra a redução de laboração não justificada".

No que diz respeito à agricultura, sugere-se a "requisição pelo Estado das terras incultas e sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas e explorações familiares", a "abolição dos foros e da parceria", a revisão do regime de arrendamento, o apoio aos pequenos e médios agricultores e, ainda, "forte tributação aos grandes proprietários e rendeiros absentistas".

Acordos com o Mercado Comum, "tendo em conta o nível de desenvolvimento da economia portuguesa" são desejados, no documento, tal como o "desenvolvimento das trocas com os países socialistas, com urgente assinatura de acordos comerciais e de acordos de cooperação". Sugere-se a direção, "controle" e planificação do comércio externo pelo Governo, através da criação dos serviços adequados, e a redução drástica de importações não essenciais e o alargamento das exportações, designadamente dos setores em crise.

A situação dos trabalhadores é, também, objeto de referência na proclamação, sugerindo-se a "atualização periódica de salários e vencimentos em correspondência com os aumentos de preços, o prosseguimento dos critérios de justiça social nas revisões a efetuar, com prioridade para os trabalhadores mais mal pagos; o prosseguimento da contratação coletiva entre sindicatos e entidades patronais e obrigatoriedade do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho; o melhoramento dos benefícios sociais (pensões, abono, assistência médica, etc.); uma política de luta contra o desemprego na indústria e na agricultura. Proibição dos despedimentos sem justa causa.

Quanto ao terceiro ponto (prosseguimento da descolonização), evoca-se o fim da guerra colonial, refere-se o processo de descolonização em curso e abordam-se as relações com os novos Estados. Quanto a Macau, designadamente, preconizam-se negociações com a República Popular da China para a integração de Macau na China, com eventual acordo relativo

Diario de Noticias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

guarda da presença histórica portuguesa".

Após a plataforma, agora sujeita à aprovação do povo português, a proposta afirma que "o futuro de Portugal deve ser o povo português a decidir".

Refere, em seguida, o documento: "O Partido Comunista Português defende quanto estiver ao seu alcance para que as eleições livres se realizem sob esse nome. Através dos partidos comunistas que o povo eleja na Assembleia, lutará para que a Constituição consagre as mais amplas liberdades e direitos (de imprensa, de associação, de formação de partidos políticos, sindical e de greve), uma Assembleia Legislativa independente e um governo com amplos poderes executivos responsável perante a Assembleia".

O Partido Comunista Português defende e respeitará a vontade popular e opor-se-á a quaisquer tentativas para impedi-la ou deformá-la. Lutará a ordem democrática que se estabelecer por um processo democrático genuíno e lutará para que todos os respeitem.

Ninguém deve ser consentido a violar as liberdades para preparar a liquidação. Atividades fascistas, propaganda do fascismo, do belicismo e de ódio racial devem ser banidas da democracia portuguesa. A ordem democrática terá de ser firmemente defendida contra os inimigos da liberdade, contra conspiradores e autores de golpes contra-revolucionários.

Instaurado um regime democrático abrir-se-ão grandes possibilidades de desenvolvimento pacífico do nosso revolucionário, podendo ser realizadas profundas reformas no âmbito da legalidade democrática e em acordo com a vontade expressa do povo português.

A aliança Povo-Forças Armadas pode confiar na perspectiva de um caminho pacífico para as transformações democráticas da sociedade portuguesa. Pela sua parte, o Partido Comunista Português tudo fará para que esta perspectiva se concretize".

Maior intervenção dos jornalistas no conteúdo das publicações

O secretário de Estado da Comunicação Social, Luis de Barros, admitiu que a questão da intervenção dos jornalistas na definição do conteúdo das publicações, definida no Projeto Lei de Imprensa, "venha a ser reexaminada".

Esta reformulação viria na sequência das críticas às disposições em vigor, incluídas no texto do projeto, durante o período em que este submetido a debate público, até ao passado dia 25.

"Esse problema foi muito referido em muitas das cartas recebidas na Secretaria de Estado e em artigos publicados na Imprensa", disse Luis de Barros, acrescentando: "O volume de cartas que deu entrada, quer por via de cartas dirigidas à Secretaria de Estado, quer através de artigos publicados nos órgãos de Informação, é, em termos assim, forte. A correspondência dirigida por particulares que interessaram pelo assunto, atingiu centenas de cartas com sugestões e críticas. Ao nível de artigos publicados na Imprensa periódica, o volume é ainda maior, e anda à volta de duas centenas de textos."

O jornalista Luis de Barros acrescentou que "o secretário da Comissão que elaborou o projeto está agora a trabalhar no sentido de apresentar um relatório final sobre o sentido e o teor das críticas e sugestões apreendidas. Esse relatório será levado ao conhecimento da Comissão".

Respondendo a uma pergunta sobre quando estaria o texto definitivo do projeto a ser apresentado à consideração governamental, o subsecretário declarou:

"Dado o elevado número de críticas a que já me referi, é de admitir que em meados do mês de Novembro, o projeto definitivo esteja em condições de ser apresentado ao Conselho de Ministros, mas haverá, então, que entrar em linha de conta com a agenda do Conselho de Ministros..."

O caso da A. N. I. resolve-se dentro de dias

Na oportunidade, o subsecretário da Comunicação Social falou-nos sobre o andamento das negociações em curso entre o Estado e as agências noticiosas A.N.I. e Lusitania, com vista à constituição de uma agência estatal de informações.

"Para a constituição da nova agência procedeu-se a um estudo contabilístico no sentido de se apurar, concretamente, qual a real situação do ponto de vista financeiro de ambas as agências.

"Esse estudo, no caso da A.N.I., já foi apresentado; no caso da Lusitania, ainda não o foi. De qualquer modo, a Secretaria de Estado da Comunicação Social irá entabular negociações, já na fase definitiva, com a A.N.I., no sentido de acelerar os acontecimentos, a fim de que, ainda esta semana, ou na próxima, o mais tardar, possa ser celebrada a escritura com a S.E.C.S., segundo a qual será transmitido para o Estado o estabelecimento, pelo menos, da A.N.I.

A lei da T. V. com prioridade sobre o estatuto da R. T. P.

A terminar, perguntámos a Luis de Barros a situação atual da Rádio-televisão Portuguesa.

Como é do domínio público, a concessão que fora, em 1958, atribuída a uma empresa privada com capitais do Estado, foi cancelada após o 25 de Abril. Contudo, a definição estatutária de serviço nacional de Televisão nunca foi definido.

Sobre este tema, o subsecretário declarou:

"Suponho — embora não esteja na posse de todos os elementos que me permitam uma consideração global do problema — que o projeto dos estatutos não será discutido, imediatamente, em Conselho de Ministros. Isto porque se vai agora arrancar para a elaboração da Lei da Televisão, que, como sabe, é uma obrigação que decorre do Programa do M.F.A. Admite-se que haja uma certa prioridade lógica na consideração da Lei da Televisão sobre os estatutos. Esta é, pois, a atual situação, o que não envolve que, no domínio da organica da R.T.P., não se venham a verificar algumas alterações".

Grupo alemão aumenta investimentos

Pela primeira vez após o 25 de Abril, um grande grupo económico estrangeiro vai aumentar em muitos milhares de contos os seus investimentos em Portugal. A notícia foi dada pelo vice-presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemã, sr. Puhler, durante a audiência que o secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, dr. Vera Jardim, concedeu aos jovens industriais da República Federal Alemã que se encontram em visita de estudo ao nosso país.

O secretário de Estado expôs aos visitantes a situação económica portuguesa e lamentou que certa Imprensa do Oeste europeu publique notícias sobre Portugal que não correspondem à realidade.

O dr. Vera Jardim explicou que uma das formas de colaboração que o Governo Português entende ser mais útil seria a de a Alemanha Federal incluir o nosso país na lista dos países subdesenvolvidos, pois isso faria com que aumentasse o número de alemães interessados em investir aqui. Na verdade, segundo a legislação germânica em vigor, os investidores que apliquem os seus capitais

em países subdesenvolvidos pagam impostos muito menores do que se o fizessem em países ricos.

Portugal está aberto aos capitais estrangeiros

Outra forma de colaboração apontada por aquele membro do Governo foi a de que a Alemanha Federal continue a empregar os emigrantes portugueses, a fim de que eles não se vejam obrigados a regressar numa altura em que o País está a braços com excedente de mão-de-obra, motivado pela desmobilização e pelo regresso de muitos portugueses das colónias.

O dr. Vera Jardim esclareceu que Portugal está aberto aos capitais estrangeiros e que o Estado tem grandes projetos para realizar como a rede de auto-estradas, o complexo de Sines e a reestruturação da indústria das pescas.

Após esta troca de impressões, o vice-presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemã, que regressou há dias da Alemanha Federal, anunciou a decisão da Siemens, que acima referimos, e sublinhou que a mesma representa a confiança que aquela experiente empresa tem no futuro deste país.

A grandeza do complexo de Sines impressionou os visitantes

Da parte da manhã os industriais alemães visitaram o Gabinete da Área de Sines, onde foram informados em pormenor do âmbito daquele complexo, cuja grandeza os impressionou.

Hoje, os industriais alemães visitam o empreendimento turístico de Tróia, onde almoçam, e, à tarde, visitam em Mem Martins um complexo industrial farmacêutico e químico alemão.

Diário de Notícias

Fascismo será totalmente vencido

O verdadeiro inimigo do M.F.A. e concomitantemente do povo português continua a ser o fascismo apeado, mas não totalmente desmantelado em 25 de Abril. — Esta a ideia-mestra de um artigo ("O M.F.A. e o seu inimigo — a revolução democrática na perspectiva operacional") publicado no n.º 2 do "Movimento", boletim informativo das Forças Armadas, dirigido pela Comissão Coordenadora do M.F.A.

Pela importância e oportunidade de que se reveste a análise empreendida, transcrevemos aqui aquele texto:

Iniciou o M.F.A. uma guerra cuja batalha mais importante foi, sem dúvida, até agora, a travada no próprio dia 25 de Abril. Todos esperamos — e desejamos — que venha mesmo a ser o único confronto armado de toda uma longa campanha que nos aguarda. No entanto, não se pode considerar desde já vencido o inimigo e é imperioso não lhe dar a oportunidade de se reorganizar, nem consentir que tente uma recuperação que poderia mesmo fazer perigar as conquistas já alcançadas. Só atacando sempre, jamais largando a iniciativa, mas sem menosprezar às capacidades do inimigo — como mandam as boas regras do combate —, se poderá finalmente atingir o objetivo essencial de todas as guerras: a destruição total da força inimiga, o aniquilamento da sua vontade de combater.

Para avançar nesse sentido, torna-se necessário proceder a análises permanentes de relação de forças (estudo de situação), alterando sem hesitar, se for caso disso, toda a concepção de manobra e consequente ordem de operações.

A alínea do estudo de situação que nos propomos aqui analisar é precisamente a que diz respeito ao inimigo.

Começamos por recordar a concepção de inimigo que serviu de base à primeira ordem de operações do M.F.A.: o fascismo, com toda a sua máquina governativa, repressiva, exploradora ou simplesmente colaborante. Coloquemos em seguida a primeira pergunta a nós próprios: Será que o inimigo mudou, ou se mantém o mesmo? A resposta só pode, evidentemente, ser uma: é o mesmo e, ainda que entontecido e bastante abalado pela grande derrota inicial, a sua capacidade de combate continua forte; e reagirá, de mil maneiras, se não montarmos uma vigilância e um mecanismo de resposta tais que o impeçam de levantar a cabeça.

Não obstante, os estudos de situação realizados após o 25 de Abril requerem grande lucidez e frieza de análise para que as suas conclusões não sejam obscurecidas ou mesmo adulteradas por fatores secundários. Pois, é fato que o dispositivo das forças em presença não é agora tão nitidamente identificável quanto o era anteriormente. Não só o inimigo, em estado de necessidade, se tornou ardisso e recorre a múltiplas formas de infiltração, algumas difíceis de detectar como ainda, outras forças, que se teria pensado de início poderem vir a integrar-se numa ordem de batalha comum, têm demonstrado não aceitar qualquer estratégia unificada, criando diversões constantes que enfraquecem a vigilância e, assim, objetivamente favorecem o inimigo.

Esta complexidade da situação operacional tem perturbado alguns militares, mal grado a sua experiência em teatros de guerra coloniais, onde a ambiguidade de atuação dos grupos adversários era regra.

Tal perturbação psicológica, caso viesse a atingir o espírito de algum militar do M.F.A., constituiria uma apreciável vitória do inimigo.

Haverá, pois, que estar alerta e saber distinguir em todas as ocasiões o inimigo principal das forças de diversão.

O verdadeiro inimigo continua a ser o mesmo, o fascismo apeado, mas não totalmente desmantelado em 25 de Abril. Ele está a reagrupar-se, tentando infiltrar-se debaixo de todas as máscaras.

Não nos deixemos, por exemplo, iludir com falsas aparências de conservadorismo. Quem mantenha uma atitude de conservador em relação à situação anterior ao 25 de Abril não é senão um fascista. Não devemos ficar obsessivos com a agitação desordenada característica das forças de diversão vislumbrando aí a ameaça principal. Só os fascistas tentarão impedir, até ao último crime, que o Povo Português seja devidamente esclarecido e venha a decidir, livre e democraticamente, o seu destino, como consta do Programa do M.F.A. Sim, porque só eles, fascistas, têm algo a perder em relação à situação em que anteriormente se encontravam.

Nós, M.F.A., queremos que o Povo Português seja totalmente livre, que todos os nossos compatriotas possam manifestar as suas aspirações; mas jamais poderemos esquecer que a "liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros" e portanto, num sistema democrático nunca poderá haver liberdade para os inimigos da própria liberdade.

Assim sendo e resumindo, poderemos concluir que o inimigo fascista se tenta adaptar à nova situação criada, tornando-se necessário desmascará-lo e que não devemos facilitar-lhe o sucesso, tomando-os como inimigos e dirigindo o maior esforço de contra-ataque na direção de forças diversionistas.

Estejamos atentos para todas as ações subversivas, nomeadamente aquelas que se podem chamar de agressões psicológicas: boatos, calúnias, insinuações, falsas tomadas de posição, etc. e só assim unidos à volta do ideal que nos conduziu ao 25 de Abril alcançaremos os nossos objetivos finais, para grandeza e glória da Pátria Portuguesa.

As Forças Armadas e a Frelimo cooperam perfeitamente

LOURENÇO MARQUES, 25 (L.) — "As forças populares de Libertação de Moçambique e as forças portuguesas cooperam perfeitamente em todos os sentidos", afirmou, em Dar es-Salam, Alberto Chipande, membro da Comissão Militar Mista (Portugal/Frelimo) que, hoje, regressou daquela cidade, onde realizou reuniões de trabalho sobre diversos problemas do território, com Samora Machel.

Chipande, que fez um relatório ao trabalho já realizado, nomeadamente no que se refere à implantação de um cessar-fogo que está a ser escrupulosamente seguido pelas forças populares de Moçambique e pelas Forças Portuguesas abordou a seguir a atual situação económica, referindo que o não haver governo em Moçambique, há longos meses, pôs em causa a estabilidade da administração de transição.

Esquemas de transferências

Aquele "leader" moçambicano referiu, ainda, as boas relações entre o Alto Comissário e o primeiro ministro Joaquim Chissano e garantiu que estão a fazer-se os possíveis para o lançamento das bases de orientação do novo Estado que está nascendo.

Disse ainda que o outro problema que foi abordado em conjunto com o presidente Samora Machel, foi a necessidade de se tomarem medidas urgentes para melhorar a situação presente: "várias questões devem ser resolvidas ao nível do Governo de Transição, mas outras têm que ser estudadas a nível da Frente de Libertação de Moçambique".

Depois de afirmar terem sido discutidos com Machel problemas e encontradas soluções que possam ser aplicadas com êxito, especialmente no que se refere aos nossos métodos de trabalho para orientar o nosso povo e aplicar o programa do Governo, Chipande aludiu à transferência de instalações das tropas portuguesas para as forças da Frelimo, afirmando que em todos os locais onde as forças se mantêm estacionadas se observa um método de trabalho de cooperação.

Explicou haver alguma preocupação no que respeita às instalações da Força Aérea e da Marinha, problema que está a ser estudado no sentido de se dar uma solução, dado que a Frelimo não está preparada para os receber.

Por fim, sobre os incidentes ultimamente verificados em Lourenço Marques, disse que a Frelimo considera que os mesmos foram provocados por uma minoria, não sendo portanto o espírito do Governo e das Forças Armadas que esteve na sua origem.

Joaquim Chissano percorreu a zona portuária de Lourenço Marques

LOURENÇO MARQUES, 25 (L.) — A primeira visita oficial realizada pelo primeiro-ministro do Governo de Transição, Joaquim Chissano, realizou-se hoje aos caminhos de ferro e vários setores da exploração portuária.

A visita iniciou-se com breve encontro com os diretores de exploração, chefes de serviço e colaboradores da direção dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Chissano era acompanhado dos ministros da Administração Interna e das Comunicações, e ainda do diretor-geral dos C.F.

Depois de observar mapas e gráficos e serem fornecidas breves explicações sobre projetos imediatos no âmbito ferroviário em todo o país, o primeiro-ministro percorreu a zona portuária.

No decurso da visita esteve sucessivamente no prolongamento do cais, no futuro cais de contentores e no cais de minérios do lingamo.

Num breve improviso, Chissano referiu que a descolonização aparece como uma necessidade para a vida e desenvolvimento, tanto para Portugal como para Moçambique.

Afirmou depois: "... Nós, Governo, esperamos muito de vós. Sabemos que as pessoas esperam muito do Governo e desejo assegurar que estamos trabalhando o máximo que nos permitem as energias para fazer triunfar a causa que hoje parado-

xalmente nos une: Moçambique e Portugal".

Durante o trajeto, Joaquim Chissano foi saudado pelos trabalhadores que, sem interromperem a tarefa que desempenhavam, ergulam os braços em cumprimento de satisfação, saudação que era correspondida pelo primeiro-ministro.

Telegrama a Joaquim Chissano

A Associação decidiu enviar um telegrama ao primeiro-ministro do Governo de Transição de Moçambique, em que se afirma:

"No momento em que, com grande alegria, damos o primeiro passo na constituição de uma Associação de Amizade entre os povos de Portugal e Moçambique, saudamos na pessoa do camarada primeiro-ministro a Frelimo e todos os seus militantes, que, numa luta travada de forma exemplar contra o colonialismo e o imperialismo, souberam servir de forma superior a amizade entre os nossos dois povos. Viva a Frelimo! Vivam os povos de Portugal e Moçambique!"

Diário de Notícias

Médicos portugueses para a Guiné-Bissau

Um vencimento de 30 mil escudos por mês, com casa e alimentação e, evidentemente, viagens pagas aguardam os médicos portugueses que queiram cumprir uma comissão de serviço na Guiné-Bissau, ao abrigo do Programa de Cooperação entre Portugal e a sua antiga colônia.

Anúncios pedindo com urgência diversos especialistas, e aos quais são oferecidas boas garantias profissionais e de remuneração, foram publicados ultimamente nos jornais diários, com a indicação de que o Sindicato dos Médicos deveria "imediatamente" ser contactado pelos interessados.

Informações que nos foram prestadas pelo sindicato citavam muitos médicos como tendo solicitado informações sobre o Programa de Coope-

ração e alguns casos já "mais ou menos assentes".

Um funcionário do sindicato disse-nos que, além do vencimento e outras regalias que os médicos aufeririam na Guiné-Bissau, ser-lhes-iam mantidos, em Portugal, os vencimentos que ganhassem em organismos de Estado ou nas instituições de Previdência.

A comissão de serviço deverá ser de um mínimo de três meses e pode ser renovada, acrescentou o nosso informador.

Restabelecimento colectivo das relações com Portugal

ARGEL, 24 (F.P.) — O presidente Houari Boumediene declarou que chegou a hora de a Argélia rever a sua posição em relação a Portugal, "pois existem as condições objetivas necessárias a essa revisão".

Numa entrevista dada à imprensa argelina, Boumediene declarou: "O regime português é progressista. Provou a sua intenção de abandonar a política colonial, ao reconhecer o direito à autodeterminação dos povos africanos ainda sob domínio".

"A posição árabe em relação a Portugal", acrescentou o presidente argelino, "deve orientar-se pela dos países africanos". E concluiu: "Julgamos que a próxima reunião dos ministros africanos dos Negócios Estrangeiros decidirá se é ou não oportuno um restabelecimento coletivo das relações diplomáticas em Portugal. Apoiaremos esta iniciativa".

Recorde-se que a Argélia concedeu, durante muitos anos, asilo político e auxílio de vária ordem a numerosos democratas portugueses, que aí viveram ou por aí passavam, durante o longo período de ditadura. De resto, de Argel difundiu a Rádio Portugal Livre e aí se efetuaram importantes encontros e negociações com os movimentos de libertação, nomeadamente o acordo sobre a independência de Guiné-Bissau.

Abolido o regime de condicionamento industrial

Por um decreto-lei, já enviado para publicação no "Diário do Governo", é abolido o regime de condicionamento industrial, terminando assim com situações de privilégio e favoritismo provocadas pela intervenção casuística e discriminatória do Governo no processo de industrialização do País.

Neste decreto, estabelece-se a regra dos concursos públicos para um reduzido número de atividades industriais que, pela sua importância estratégica no nosso processo de desenvolvimento ou pela existência de fatores limitativos de ordem natural, exigem que o respectivo crescimento seja mais diretamente orientado pela Administração Pública, de acordo com os planos globais e setoriais de desenvolvimento. Entre os setores sujeitos a este regime, salientam-se os da refinação de açúcar, da produção de álcool etílico; da fabricação de pastas celulósicas, de alcais, cloro e ácidos inorgânicos, de hidrocarbonetos cíclicos, de produtos químicos para indústrias nucleares e produtos deles resultantes, de adubos elementares, de resinas sintéticas, de gusa, aço e folha de flandres, laminagem e estiragem de ferro e aço, de tratores e motocultivadores e seus acessórios, de armas de fogo; e da construção e reparação de embarcações metálicas acima de 500 toneladas de porte bruto.

Por outro lado, um inúmero apreciável de atividades industriais fica sujeito à observância de determinados requisitos de ordem técnica e financeira, regime já adotado pelo de-

creto-lei 71/74, mas agora alargado a setores que estavam submetidos à autorização prévia discriminatória como no caso das moagens, das cervejas, dos cimentos e do vidro.

Neste grupo, em que se contam algumas das atividades industriais mais significativas, a instalação não poderá ser impedida, salvo por razões de natureza diferente das da disciplina económica como seja quando contrariem disposições em vigor quanto ao ordenamento do território e de proteção do meio ambiente. Saliente-se que para este grupo de atividades industriais, a falta de deferimento expresso pela entidade administrativa competente dentro do curto prazo de 45 dias, corresponde à efetiva autorização de instalação.

Todas as restantes atividades da indústria transformadora são de instalação igualmente livre, mas sem sujeição a requisitos e também este grupo vem aumentado em relação aos diplomas já anteriormente referidos.

"A abolição do regime de condicionamento industrial não significa — salienta-se no preâmbulo deste decreto —, muito pelo contrário, que os responsáveis pelas empresas industriais se sintam desvinculados de obedecer às disposições legais sobre as características das instalações industriais e do seu funcionamento, que só a excessiva importância do sistema de condicionamento que vigorou em Portugal, fez passar a plano secundário".

Ainda por fazer a história do condicionamento industrial

Justificando a abolição do regime do condicionamento industrial, salienta-se no preâmbulo do respectivo decreto:

"Tanto no imediato como nos próximos anos, o desenvolvimento económico e social do País exige um esforço particularmente ativo por parte da indústria, para o qual a presente medida legislativa constitui elemento da maior importância se bem que não suficiente por si só. Efetivamente, o regime de condicionamento traduzia-se, na prática, pela faculdade do Governo poder dizer o "não"; era pois uma medida que atuava pela via negativa. Ora o que o desenvolvimento industrial exige são vias positivas, o que não exclui a necessidade de existência de medidas regulamentares e disciplinadoras desde que estabelecidas com caráter de generalidade".

"Está por fazer a história do condicionamento industrial; o estudo e interpretação da sua evolução legislativa e dos seus por vezes muito volumosos processos será um auxiliar de primeira ordem para a análise da sociedade portuguesa nas últimas décadas de anos. Nem sob forma resumida pode esse histórico caber neste preâmbulo. Registam-se apenas os passos mais significativos na sua fase derradeira; o regime de condicionamento industrial adquiriu a sua fórmula legislativa mais apurada com o Decreto-Lei n.º 46.666, de Novembro de 1965, que consagrou o chama-

do condicionamento nacional com que, na altura, se procurou dar forma a uma integração económica entre a Metrópole e os territórios ultramarinos, aliás completamente irrealista. Este decreto constituiu, por assim dizer, o apogeu do condicionamento industrial.

A partir de 1970 começou a desmobilização deste instrumento de intervenção industrial, pois se tornava cada vez mais evidente a sua inadequação às exigências do desenvolvimento; esta desmobilização foi, no entanto, muito lenta e encontrou sempre grande resistência e oposição por parte de grande número de empresários, sobretudo dos chamados setores tradicionais e, principalmente, por parte da organização corporativa. O Decreto n.º 393/70, de 19 de Agosto constitui a primeira etapa dessa desmobilização, com a retirada de regime de condicionamento de um número apreciável de atividades industriais. Em seguida, a Lei n.º 3/72, Lei do Fomento Industrial, fixou novas bases para definir as condições de acesso à indústria, vindo a ser regulamentada nesta matéria pelo Decreto-Lei n.º 75/74, de 28 de Fevereiro e portanto já este ano. Entretanto, o Decreto-Lei n.º 481/72, de 28 de Novembro, reduziu a cerca de um terço das anteriores as atividades sujeitas ao regime de condicionamento industrial.

Estas modificações, ainda que importantes, mantiveram contudo o caráter discriminatório das decisões, se bem que restringindo o seu âmbito de aplicação".

O cessar fogo em Angola

Oficializou-se, o cessar-fogo entre as Forças Armadas de Portugal e o M. P. L. A. (que vigorava, de fato, há já sete semanas), mediante a assinatura do respectivo acordo, na sequência de negociações que decorreram em plena mata, a setenta quilômetros da povoação do Lucusse, no distrito do Moxico.

Integravam a delegação portuguesa o comodoro Leonel Cardoso, membro da Junta Governativa, os secretários de Estado dr. Antônio Augusto de Almeida e eng. Peres do Amaral, os maiores Pesarat Correia e Emidio da Silva, do Movimento das Forças Armadas, e o brigadeiro Ferreira de Macedo governador do distrito do Moxico e comandante da Zona Militar Leste. A missão do Movimento Popular para a Libertação de Angola era constituída pelo dr. Agostinho Neto, Lúcio Lara, Iko Carreira, Carlos Rocha, Ludy, Pedro Tonha, Jacob Caetano, João Van-Dunem e Aristides Van-Dunem, do Comitê Central, e comandante Bolingo e comissários políticos Rui Sai e Francisco Paiva, membros do estado-maior da zona Leste.

Iniciadas às 10,15, as conversações efetuaram-se numa barraca montada numa chana (planície alagadiça de grande extensão, característica das regiões do Leste angolano), permanecendo os jornalistas à distância. Por fim, cerca das 17 horas, os representantes foram autorizados a assistir ao momento solene de assinatura do acordo, que marcará, na cronologia histórica, o final da guerra que afetou Angola durante treze anos e meio. Como foi oportunamente noticiado, idênticos acordos haviam já sido firmados com os dois restantes movimentos emacinalistas que intervieram no conflito — primeiro, com a U.N.I.T.A. e, recentemente com a F.N.L.A.

Em ambiente de visível satisfação, após a assinatura do documento os chefes de ambas as delegações disseram breves palavras.

O comodoro Leonel Cardoso sublinhou a importância das conversações — um passo largo para a paz em Angola.

Agostinho Neto afirmou que o documento vinha demonstrar que "os conflitos, os males, as contradições que nos opõem podem terminar, através de diálogo honesto e construtivo", esclarecendo que não existe nenhum problema em relação aos brancos mas acentuando que não pode continuar a haver um grupo privilegiado, como até aqui. E precisou sobre o acordo: "Vem indicar claramente a orientação, testemunhar a política que nós desejamos seguir, no presente e no futuro, para que o nosso povo possa, de fato, ser a garantia do estabelecimento de um regime democrático em Angola, regime que possa beneficiar as camadas mais exploradas do povo, quer dizer os camponeses e os operários, aqueles que mais sofreram durante cinco séculos de colonialismo".

Um importante passo
O acordo com o M.P.L.A. constitui um importante passo no processo descolonizador de Angola, já que, neste momento, os três movimentos de libertação satisfizeram a condição de pôr termo às hostilidades, o que lhes permitirá prosseguir legalmente, no interior do território angolano, as suas atividades políticas.

A próxima etapa do complexo processo poderia ser a formação de uma frente comum, a qual, com o Governo de Lisboa, viria a negociar a formação de um governo de transição. A principal dificuldade, neste momento reside nas graves dissensões que se verificam no M.P.L.A., e que repetidos ataques de Daniel Chipenda a Neto têm ultimamente posto em evidência. Certas fontes admitem, todavia, que um governo de coligação seja anunciado, já no próximo mês.

Entretanto, o dr. Jonas Savimbi,

presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola, suscitou grande expectativa, ao convocar, para o próximo dia 28, uma conferência de imprensa, no seu quartel-general, em Cangumbe (Leste de Angola, próximo do Caminho de Ferro de Benguela). Espera-se que Savimbi defina oficialmente a posição do seu partido quanto à coligação e ao governo transitório.

Futuro de Angola é problema dos angolanos

LUANDA, 25 (A.N.I.) — "Existem imensos problemas em que os Angolanos terão de dizer a última palavra, e, para isso, têm de se sentar em volta de uma mesa conosco, não só o M.P.L.A. como a F.N.L.A. e as demais forças interessadas. A Junta Governativa limita-se a arbitrar a discussão, a disciplinar os assuntos, a observar quais são as melhores soluções, que constituam uma plataforma que sirva os reais interesses de Angola", declarou o comodoro Leonel Cardoso, membro daquela Junta e comandante naval do Estado, ao matutino "O Comércio", referindo-se à assinatura a que presidiu, do acordo de oficialização das tréguas com o M.P.L.A.

"Pela nossa parte", afirmou, noutra ocasião "desejamos que o processo para a ascensão à independência se realize tão depressa quanto o aconselhável, e, ao mesmo tempo, com um mínimo de perturbações. Assim, todos os problemas de interesse para nós e para qualquer dos movimentos de libertação, relativos ao futuro dos Angolanos, foram abordados".

"A despeito de todas as rivalidades, dos diversos partidos, das várias correntes de opinião, todos quantos pensam aqui continuar a viver em paz no futuro estão interessados em sobrepor Angola aos anseios pessoais ou de grupo. Esta, enfim, uma tônica que desejo imprimir às conversações: o destino de Angola é o mais importante, acrescentou Leonel Cardoso.

"Neste sentido", referiu, "faltava acordar tréguas por parte do M.P.L.A. ao contrário do que sucedera com os outros dois movimentos. Tínhamos, portanto, de caminhar para conseguir um acordo de suspensão de hostilidades, que não é, ainda, de cessar-fogo definitivo. Assim, já podemos conversar. O M.P.L.A. pode abrir delegações, mobilizar as massas, iniciar a sua campanha política. Alcançou-se, por isso, a possibilidade de reunir toda a gente interessada em torno de uma mesa, e partir para a fase seguinte: cessação de fogo. Este, agora, o próximo grande marco a atingir".

As divergências do M. P. L. A. dizem respeito ao M. P. L. A.

Quanto as divergências no seio do M.P.L.A., o comandante naval de Angola comentou: "É claro que os problemas internos do M.P.L.A. são problemas deles. A nós o que nos interessaria era que o M.P.L.A. se tivesse unido. Mas só porque nos simplificava a vida e simplificava-a a toda a gente. Os problemas internos deles não são nossos, evidentemente. O fato de Chipenda estar nesta altura separado, pelo menos politicamente, revela-se como problema absolutamente interno. A nós, na impossibilidade de falarmos com um M.P.L.A. unido, falamos com o seu presidente".

E exemplifica: "Quando assinamos um acordo semelhante com a F.N.L.A., não perguntámos se estava presente o vice-presidente do movimento. Tratámos o assunto com o presidente. Da mesma maneira, neste caso, não nos interessou se estavam presentes ou não os dois vice-

presidentes. Quanto a nós e quanto ao Mundo, o presidente do Movimento é o dr. Agostinho Neto e falámos com ele".

Sobre o futuro: "Nós não temos já um Governo definido. Não temos escrita no papel a constituição. Vamos conversar com toda a gente. Vamos ver qual será a melhor resposta para o povo de Angola. E o povo de Angola será senhor absoluto, depois da transferência de poderes. Depois da independência. A vontade do povo será ouvida até essa altura. Ainda não estão as coisas prontas para o povo manifestar a sua vontade, de maneira que temos de reunir os representantes desse povo ainda não credenciados por esse povo. Temos de encontrar, dentro das possibilidades, os representantes que nos pareçam ter realmente representação como corrente de opinião. Daí sairá o conjunto de decisões mais concretas para a continuação do programa que está definido".

E concluiu: "Agora que os movimentos têm a possibilidade de fazer a sua mobilização política das massas, com certeza que essas massas, até aqui apolíticas, comecem a aderir a este ou aquele partido. Isso é que vai definir o futuro. Vamos ver quais são os partidos ou movimentos que conseguem convencer mais o povo. É a mesma coisa que as eleições na Inglaterra. Cada facção política, democraticamente, faz a sua escolha".

Delegação do M.P.L.A. em Luanda

Entretanto, ainda não está marcada a data definitiva para a inauguração da sede da delegação do M.P.L.A. na capital angolana — esclarece uma nota da comissão diretiva de Luanda daquele movimento.

O comunicado acrescenta que também não está ainda fixada a data da chegada de uma delegação do partido.

Alguns órgãos de Informação da capital de Angola haviam anunciado para amanhã a sua chegada.

Diário de Notícias

C.I.A. - a tenebrosa Polícia Secreta Americana

— SEGUNDO A REVISTA FRANCESA "LE NOUVEL OBSERVATEUR"

Portugal estará no programa de atividades da C.I.A. (a tenebrosa Polícia Secreta Americana), segundo um "oficial dos Serviços de Informações" citado pela revista francesa "Le Nouvel Observateur", que teria afirmado: "De momento (os agentes) são muito menos de duzentos, ao contrário do que se diz. Mas, mesmo assim, dão-nos muito que fazer".

De acordo com aquele semanário parisiense, "as investigações levadas a cabo pelos Serviços de Segurança do Exército Português, desde o golpe de Estado de 28 de Setembro (referência à intentona malograda dos reacionários, na madrugada de 28 de Setembro passado) permitiram confirmar aquilo que nos meios políticos de Lisboa se afirmava há meses: a C.I.A. lançou uma ofensiva de grande envergadura em Portugal, destinada a entrar a ação do novo Governo, sabotar a vida económica, desacreditar os dirigentes, reforçar as formações de direita e de extrema-direita e provocar desordens públicas".



TRIANGULO CORRETORES DE SEGUROS LTDA
seguros em geral

Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar —
Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo

Ainda segundo "Le Nouvel Observateur", o grande objetivo dos agentes norte-americanos seria o de favorecer "uma forma de sociedade mais conforme com os interesses económicos políticos e estratégicos dos Estados Unidos".

Num pormenorizado comentário à situação portuguesa dos últimos cinco meses, o semanário francês aponta semelhanças entre o que acontece em Lisboa e aquilo que se passou em Santiago do Chile, entre 1970 e 1973, quanto à estratégia ali utilizada pela I.T.T., em matéria de sabotagem económica: "Depois de ter recusado, em Fevereiro, um aumento dos salários mínimos de 2.800 para 4.000 escudos, a I.T.T. chegou a oferecer salários que iam de 8.000 a 10.000 escudos depois do 25 de Abril, altura em que o salário mínimo exigido pelo novo Governo era apenas de 3.300 escudos" — refere a revista, que esclarece: "Tratava-se, de acordo com grandes sociedades portuguesas, de provocar uma onda de reivindicações salariais, obrigando centenas de pequenas e médias empresas a abandonarem as suas atividades, atirando para o desemprego centenas de milhares de pessoas".

O prestigioso órgão da Informação francesa denuncia, sob o título: "Portugal: alerta para a C.I.A.", que "foi num barco ancorado no Tejo que a C.I.A. estabeleceu o seu quartel-general. Alguns dos agentes chegaram a Lisboa depois da constituição do primeiro Governo Provisório, em princípios de Maio, teriam, de resto, "trabalhado" no Chile", diz ainda.

Quanto ao seu número, a mesma revista limita-se a reproduzir afirmações de um "oficial dos Serviços de Informações" não identificado: "Tudo quanto posso dizer é que são muito menos de duzentos, neste momento, ao contrário do que se diz. Mas, mesmo assim, dão-nos muito que fazer".

SECRETARIADO MODERNO E PRÁTICA COMERCIAL
JÁ NAS BANCAS editora abz
por apenas cr\$ 6,00

ouça diariamente
A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA
nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.

ENTREVISTA

Poupanças da emigração do Canadá para Portugal

por Urbano Tavares Rodrigues

Emigrantes portugueses no Canadá querem canalizar para Portugal suas poupanças

É um fato indelével que a grande maioria dos emigrantes portugueses está vivendo com entusiasmo, por vezes vibrante, a ressurreição da Pátria, arrancada pela luta tenaz das massas populares e pelas baionetas da longa noite de 25 de Abril às tenazes do terror fascista e à mentira institucionalizada e difundida largamente pelos meios de comunicação e pelas autarquias locais. É também um fato real que em muitos países de estrutura política autoritária, ou de feição nitidamente capitalista como os Estados Unidos ou mesmo o democrático Canadá, seria praticamente impossível levar a cabo uma autêntica campanha eleitoral dos partidos de esquerda entre os setores da emigração.

E nessas circunstâncias deve logicamente pôr-se de lado a hipótese de os emigrantes votarem nos países onde se achem radicados, até pela carência de informação e pelo motivo de determinados rótulos partidários poderem induzir em erros graves. Não vamos mais longe: o Partido Liberal do Canadá, sem ter o cariz progressista do New Democratic Party, é uma formação de centro-esquerda, o que não sucedia com o defunto partido pretensamente liberal que o 28 de Setembro entre nós desmascarou como neonazi.

Dai que os próprios emigrantes luso-canadenses com preparação e consciência política entendam que só em Portugal, ou seja, no acesso da verdade, no centro da batalha legal, devem votar.

Mas não é fundamentalmente disso que vamos falar. Tenho na frente um operário de seus trinta e tal anos, forte, inteligente, enérgico, que viveu primeiro sete anos na Holanda e se encontra em Montreal (onde se tornou elemento valioso do Movimento Democrático Português) também há sete anos, o que soma catorze anos de expatriação.

É filho de Saraiva Correia. Deixou o País por lhe faltar o mínimo de condições de subsistência. Atualmente está em Lisboa, visitando o país agora libertado.

Chama-se António Saraiva Birrento.

— Dize-me, amigo, qual é, segundo a tua experiência, o verdadeiro espírito do Movimento Democrático Português de Montreal?

— Trata-se de uma frente unitária antifascista, profundamente solidária com o M. F. A. e que engloba comunistas, socialistas, católicos progressistas, trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, muitos deles ainda sem definição partidária. Umhas centenas de legítimos portugueses, mesmo quando, por necessidade de sobrevivência, tiveram de nacionalizar-se canadenses.



— Que atividades tem desenvolvido o M. D. P. de Montreal?

— Companheiro, durante as trevas do fascismo o fulcro da nossa luta e da nossa resistência foram as publicações e as representações que dirigimos à ONU e a todas as organizações internacionais democráticas, denunciando a guerra colonial e a escravização do Povo Português.

— Tiveram algum jornal vosso?

— Colaborámos intensamente no "Luso-Canadense", dirigido por Tavares Belo, mas condições económicas desfavoráveis provocaram a quebra deste órgão de Informação. Ora, justamente, uma das nossas mais vivas aspirações consiste na fundação de um jornal patriótico e democrático, que esclareça devidamente toda a colónia portuguesa. Aliás, posso adiantar que a Secretaria de Estado de emigração está já estudando o assunto.

— Fala-me da vossa ação associativa e cultural.

— Para além das tarefas de elucidação política, que nunca descuramos, criámos cursos de Português, de Inglês e de Francês, este último financiado pelo Governo do Quebec. Conseguimos formar um grupo de teatro, que até levou à cena a peça "O Emigrante", de Custódio Carrusca, texto que vocês aqui talvez desconheçam. Temos um curso de violino, pelo método de Suzuki, e um grupo coral. Quanto ao cinema, temos projetado filmes franceses, cubanos, ingleses, soviéticos e de outros países socialistas. Precisamos agora de levar ao Canadá o cinema português contemporâneo, especialmente Fonseca Costa.

A vida do emigrante português no

Canadá está longe de ser um mar de rosas. Só os bons técnicos prosperam rapidamente. Os trabalhadores não especializados apenas conseguem um nível de vida aceitável graças a um labor incessante, que não respeita sábados nem domingos nem as horas do repouso noturno.

No entanto, Saraiva Birrento confirma-me que todos os portugueses do Canadá beneficiam de uma assistência médica altamente socializada. Por outro lado, existe o fundo de desemprego, para evitar casos extremos de penúria.

— Quais, de momento, as vossas grandes pretensões?

— Pois, amigo, já tivemos uma conversa muito positiva com o dr. Manuel Areias na Secretaria de Estado da Emigração. O nosso veemente desejo é canalizar para Portugal as nossas poupanças, já que a tomada de consciência dos emigrantes os predispõe nesse sentido. O português do Canadá, de um modo geral, confia no M. F. A. e no Governo Provisório. Precisamos é de agências da Caixa Geral de Depósitos espalhadas pelo Canadá.

(Diário de Lisboa, de 22 de outubro de 1974)

da repressão escolar

Aos vermos, agora, encaminharem-se para o reencontro com as suas escolas os mais jovens filhos de Portugal, é lícita alguma reflexão sobre a primeira "reabertura" do pós 25 de Abril.

Através dos programas oficiais já distribuídos e pelas declarações dos responsáveis pela reforma e orientação pedagógica podemos estar tranquilos — a intenção é a de levar, no momento próprio, a revolução das flores às salas de aulas para que ninguém tenha dúvidas — a repressão, no ensino primário, não era menos do que a verificada nos níveis superiores de ensino, culminando em constante intervenção dos polícias na universidade.

E com agravantes: enquanto a agressão praticada pelos bastões e pelos cães, as prisões e outras sevícias, na Universidade, se denunciaram por si próprios, o sistema repressivo utilizado no plano da escola primária era crime praticado em silêncio, em pessoas ainda demasiado frágeis para poder protestar, ainda sem consciência estruturada para poder reagir.

Apesar das frustradas tentativas isoladas de muitos honrados trabalhadores do ensino, que procuravam, em luta desigual, iludir os diretores oficiais, e trazer um pouco de vida real às suas aulas, a regra geral era bem diferente. Acabamos de viver pelo século em que a criança foi implacavelmente amputada na sua capacidade criadora, ensinada a raciocinar dentro de esquemas considerados mais convenientes, obrigada a aborrecer-se às tardes de sábado, metida em camisas verdes, ouvindo as longas arengas pseudo-patrióticas do nacional socialismo. Interessava, acima de tudo, que das escolas saíssem meninos bem comportados e alienados.

Uma escola que tivesse como objetivo a formação de cidadãos livres, dotados de espírito imaginativo e inteligência crítica, não podia agradar a um governo obstinado em prolongar eternamente uma política contrária aos verdadeiros interesses do povo. Pregava-se, portanto, nas escolas deste País uma história toda ela falçada. O estudo da própria língua era condicionado pelo desejo de gravar nos tenros espíritos uma determinada concepção da vida e da sociedade. A escola tinha assim de ser autoritária, com separação de sexos, o ensino um predomínio apelo à memória, o desenho decalcado, tudo, enfim, uma constante cópia de padrões impostos.

A profunda reforma de idéias e processos que hoje se inicia é, pois, uma das grandes tarefas deste País. Só quando as instituições de ensino formarem cidadãos livres e bem preparados estará para sempre garantida a democracia em Portugal.

Manuel Beça Múrias

Sinaleiro amigo obrigado ...

É uma coisa extremamente consoladora encontrarmos provas evidentes de que uma vida nova se está estabelecendo. No dia-a-dia, nem sequer são as grandes decisões que nos impressionam nesse sentido, porque essas já sabemos que não-de-vir no ritmo de trabalho acelerado e promissor que se instituiu entre nós.

Orá o que nos provoca estas considerações é um dos pequenos e singelos casos que encontramos no nosso caminho, sem aparatos nem preparativos. Uma destas tardes, procurando farmácia que estivesse de serviço, tivemos de dar tantas voltas que acabámos por nos achar contra a corrente do trânsito. Em plena transgressão, eis a verdade!

Inevitavelmente, qualquer coisa se ia passar quando o sinaleiro desse por nós. E de fato não se fez esperar a ordem de nos aproximarmos do plinto.

Preparámo-nos, pacientemente, na consciência da falta cometida, para o largo sermão que todos os automobilistas já ouviram na carreira de pequenas infrações que todos cometemos.

Pois não, senhor! A posição cômoda que adotáramos para ouvir o que esperávamos foi até inútil, visto que tudo se resolveu em segundos.

Lacónicamente o agente da P.S.P. que ocupava o plinto perguntou:

— Está em transgressão, não é verdade?!

Era evidente, e a resposta inútil, pelo que nos limitámos a leve aceno de cabeça. E tivemos apenas que ouvir mais isto:

— Pois então, evite tornar. Ajude a construir o Portugal novo que todos queremos...

Não sei se agradei. Uma surpresa, misturada de emoção, acompanhou-nos no gesto da manobra corretiva da nossa falta. Devíamos ter agradecido, mas se o não fizemos, aqui fica agora esse "obrigado" àquele jovem elemento da P.S.P. que sabe cumprir os seus deveres dando simultaneamente lições de profundo significado.

J. F.

Delegados sindicais denunciam a I.T.T.

Com o significativo título "I.T.T. — Em Portugal como no Chile?", os delegados sindicais daquela importante multinacional elaboraram um comunicado pelo qual denunciam um plano da empresa que, a ser cumprido, teria como consequência prática atirar para uma situação de subemprego cerca de metade dos trabalhadores que nela prestam serviço ao mesmo tempo que os colocaria frontalmente contra o Ministério do Trabalho.

O referido plano foi apresentado diretamente ao Ministério sob a forma de proposta pela qual, alegando problemas de mercado, a empresa pretende uma redução drástica da produção da fábrica o que, segundo os trabalhadores, implicaria a redução do pessoal em cinquenta por cento. A proposta, subscrita pelo diretor mundial da I.T.T., preconiza, numa primeira fase, que sejam colocados na situação de subemprego cerca de 1.600 trabalhadores, sugerindo que estes trabalhem em semanas alternadas e com a consequente redução dos seus salários para metade.

No seu comunicado, os delegados sindicais, depois de considerarem "o fato de ela ter sido diretamente entregue ao Ministério do Trabalho, com o pedido de aprovação, passando por cima dos trabalhadores da empresa e dos respectivos sindicatos", interrogam-se: "Será que os tão experimentados senhores da I.T.T. terão tido a ingenuidade de pensar que o Ministério do Trabalho iria tomar a responsabilidade de impor uma tal situação aos trabalhadores sem que estes tivessem sequer prévio conhecimento dela?"

"Seria realmente ingenuidade ou tratar-se-ia de mais uma manobra, visando pôr os trabalhadores contra o Ministério do Trabalho?"

E o documento prossegue, depois de referir várias outras manobras da I.T.T.:

"Os trabalhadores desta divisão alertam deste modo o Governo Provisório para esta manobra da multinacional I.T.T., e solicitam que sejam efetuadas diligências no sentido de rever e restringir o campo de ação deste grupo no nosso País agora que caminhamos para uma verdadeira democratização, após a derrota do golpe fascista de 28 de Setembro. Sabem muito bem os trabalhadores do que a tristemente célebre I.T.T. é capaz e isto pode ser exatamente o início de um processo de sabotagem semelhante ao que em conjugação com a C.I.A., ela desenvolveu no Chile." "República", 25/10)

Vasco Gonçalves: Democracia é um bem do povo; não um favor da cúpula

Numa declaração destinada a assinalar a passagem de meio ano sobre o 25 de Abril, feita através da TV, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, sublinhou esperar-se que "dentro em breve, haja uma planificação suficiente nos campos da atividade privada e do setor público, porque ser antimonopolista não significa ser contra a iniciativa privada".

Depois de ter referido, no início, o processo de descolonização e o restabelecimento das liberdades individuais, o brigadeiro Vasco Gonçalves afirmou: "o País está longe da situação de caos ou de ruína, que os mais pessimistas diziam estar a chegar", embora suportemos dificuldades económicas, "porque herdamos um passivo tremendo do Estado fascista e temos problemas próprios, inerentes às grandes transformações por que o País tem passado".

Mais adiante, afirmou:

"É claro que os nossos inimigos agravaram muito nestas coisas, canalizaram-nos a torto e a direito. Não estranhemos, isso é o que acontece em todos os regimes democráticos e recém-democráticos e em particular no nosso, que é único no Mundo, um regime que aparece depois de cinquenta anos em que vivemos sob o embrutecimento sistemático do fascismo, fascismo esse que tinha um consenso profundamente económico (...).

Nós o que pretendemos é que o nosso país tenha os seus destinos dirigidos no sentido do interesse do nosso povo e não no sentido do interesse de certas minorias muito restritas, que olhavam basicamente os seus lucros e não o interesse do povo português. Portanto, é preciso que fique

bem definido em todas as consciências que nós não somos contra a propriedade privada. Chegam até a acusar-nos de querer retirar ou expropriar as habitações, as casas dos pobres, etc. Isto é típico de uma estratégia de ataque dos meios reacionários, dos meios fascistas, que não podendo dizer que a democracia é uma coisa má (...), têm que incitar outros "papões", e incitam os mesmos do tempo do fascismo. O povo deve tomar consciência disto e estar alerta contra os "papões" que lhe atiram para a frente dos olhos e dos ouvidos, em certos meios e a todo o momento.

A iniciativa privada tem um papel a desempenhar no nosso país. Simplesmente essa iniciativa tem de estar a serviço do nosso país, basicamente a serviço do nosso país".

"A democracia — prosseguiu — é uma conquista de todo o povo, não é um bem que seja dado pela cúpula. A cúpula, quer dizer as autoridades governamentais, o Estado democrático, pode favorecer em grande escala a conquista desta democracia, mas ela tem de ser sobretudo obtida na luta quotidiana (...) não é qualquer coisa que se obtenha de um dia para o outro mas que leva tempo a consolidar, a criar (...). O nosso povo, tão oprimido estava, que viu o 25 de Abril como o aparecimento quase messiânico de uma situação que de um dia para o outro resolvia os seus problemas. Já verificou que isso não era possível. Mas também já verificou, com certeza, que muito tem melhorado na sua vida, depois do 25 de Abril. Até pode ser, hoje, muito mais alegre do que antes. Pode ter uma alegria que não tinha com certeza



antes do 25 de Abril. Pois bem, ele (o povo) tem de ir diariamente conquistando essa democracia, com as suas famílias, os seus filhos (...).

O brigadeiro Vasco Gonçalves salientou depois que, nessa luta, o combate à burocracia é "um dos aspectos fundamentais".

"Essa luta — acrescentou, não entanto — não deve ser feita de uma maneira violenta. Quando se fala em luta, não significa violência, quando se fala em luta quer-se dizer política, luta ideológica, quer-se dizer ser capaz de, francamente, olhar nos olhos, fazer as críticas adequadas àqueles burocratas que impedem a marcha da democracia (...) sobretudo "aos mais altos níveis da administração pública, uma vez que vivemos 48 anos sob o fascismo e que não é fácil quebrar os quadros mentais em que as pessoas se habituaram a viver (...).

"Um povo livre"

Finalmente, disse:

"O Movimento das Forças Armadas sozinho não pode criar a democracia. Pode ajudar a criá-la, mas é o povo quem tem de lutar decididamente pela democracia, tendo bem presente que esta palavra luta significa esclarecimento, significa luta política, luta ideológica, não significa violência. De resto está bem patente aos olhos de todo o Mundo que o nosso povo é assim que tem feito porque depois de seis meses sobre o 25 de Abril, e de tantas dificuldades que temos tido, nós temos a honra e o orgulho de dizer, que em Portugal, tudo temos feito sem um tiro, sem a necessidade de ter disparado um tiro".

Diário de Lisboa, 26/10

"Sambizanga": o primeiro filme angolano



Continua em exibição num dos cinemas de Lisboa o filme "Sambizanga", realizado por Sara Maldoror, mulher de Mário Pinto de Andrade e baseado numa novela de Luandino Vieira. A fita, que só pode ser rodada graças ao apoio do M.P.L.A., evoca o bairro popular de Luanda (Sambizanga) de onde partiram os poucos militantes que deviam assaltar as prisões da capital de Angola. Simultaneamente, davam o sinal para a luta armada de libertação que desde essa data — 4 de Fevereiro de 1961 — agitou a colónia portuguesa.

No dia da estreia da película angolana, uma das sessões foi antecedida por algumas palavras proferidas por Luandino Vieira, que começou por considerar um privilégio, o fato de "Sambizanga" ter sido o primeiro filme proibido em Portugal depois de 25 de Abril (liberado, entretanto, logo após):

História de amor que decorre num certo contexto político, que foi a luta pela independência de Angola, o filme, na opinião de Luandino Vieira, aparece com o aspecto político mais vincado do que a novela, talvez por ser interpretado por militantes políticos. Eis os seus nomes: Elisa Andrade, Domingos de Oliveira, Jean M'Vondo, Adelino Nelumba, Benoît Moutsila, Tala Ngongo, Lopes Rodrigues, Henriete Meya e Manuel Videira.

E de novo a palavra para Luandino Vieira:

Para quem conhece Angola, o filme ressent-se de ter sido rodado em Brazzaville, cuja paisagem é, como se sabe, a mais colorida, a mais exuberante.

Questões de pormenor não diminuem, todavia, toda a força política da película de Sara Maldoror, talvez o primeiro filme africano a passar

em Lisboa, por certo o primeiro trabalho cinematográfico angolano e, sem dúvida, a primeira afirmação, no campo do cinema, da personalidade cultural do futuro Estado de Angola.

Além da exibição do "Sambizanga", o cinema em Portugal sobretudo em Lisboa, vem constituindo importante fonte de atração turística, dada a boa qualidade e grande variedade dos espetáculos em cartaz.

Espanhóis por exemplo tem procurado com frequência a capital portuguesa, para ver filmes como: "O Cou-raçado Potemkin" (Eisenstein), "O último tango em Paris" (Bertolucci), Z (Costa Gavras), "Viva la muerte" (Arrabal), "O Ditador" (Chaplin), "Amarcord" (Fellini) e muitos outros de excelente qualidade. Petri, Pasolini, Bergman, todos têm trânsito livre na capital portuguesa. Também o teatro vem apresentando bons espetáculos. Peças anteriormente proibidas pela Censura, total ou parcialmente, são agora exibidas, para alegria dos amantes desta bela arte. O Teatro Voltaire, por exemplo, está levando, de Millor Fernandes e Flávio Rangel, a famosa "Liberdade, Liberdade". O Maria Mattos exhibe, de Bernardo Santareno, "Português, escritor, 45 anos de idade". A Companhia Rafael de Oliveira leva, do mesmo autor, a discutida peça "A traição do Padre Murtinho". O Trindade exhibe, de Brecht "O Terror e a Miséria no III Reich".

O Ballet Soviético Folclórico Krasnolarsk estará no Coliseu, a partir de 31 de outubro. Também os apreciadores do teatro de revista encontrarão, em Lisboa, espetáculos do seu agrado. "Uma no cravo outra na ditadura", de Sérgio Azevedo, parece estar provocando boas gargalhadas.

COLUNA DO LEITOR

Triunfo de homens livres

"Manifesto meu contentamento de português minhoto por ver mais uma histórica repetição de quebra de algemas, representando o triunfo de homens livres sobre uma das mais venenosas e torpes ditaduras contemporâneas.

Que a euforia do êxito não nos suba à telha, ficando de pé, em sentido, alerta, vigilantes contra os ir-reconciliáveis inimigos da liberdade". Antônio A. Pontes, Vale do Rio Doce (MG).

Longa é a transição, como diz noutra passagem da carta. Mas, já é muito bom estarmos no caminho. Gratos pelas referências feitas a PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Esperança vã

"Resta-nos agora a esperança que Angola tenha mais sorte que Moçambique, uma vez que é o general Spinoza a tratar dos assuntos para a independência e não em conversações "secretas" pelo Dr. Mário Soares (o que foi um grande desastre para Moçambique). Todos sofremos um balde de água fria. Foi um grande aviso para os "Angolanos" que pensam com a cabeça". Noémia de Castro, Sá da Bandeira (Angola).

A sua carta demorou e, enquanto isso, secou a fonte a sua esperança. Depois dessa, como podemos acreditar que os "angolanos" pensam com a cabeça. Os "angolanos", obviamente, com aspas, como muito apropriadamente consta na sua carta.

Os cravos de Abril

"Pois cá estamos neste novo país embora já nos quissem roubar o que nos foi dado no 25 de abril — mas a reação não passará, todos temos esperança. Tudo está normal embora no estrangeiro corram boatos, mentiras. Mais uma vez as Forças Armadas se portaram com muita correção, sem um único tiro, e é disso que o povo está orgulhoso. Tivemos um domingo passado no trabalho, com cravos vermelhos". Isaura Mendes, Lisboa.

A nossa esperança também é grande e se renova sempre que recebemos uma carta permeada de entusiasmo e otimismo como a sua. Mas queremos completar o seu pensamento: a reação não passará, se não a deixarmos passar. O novo país ainda é um projeto, não uma obra acabada. Mesmo não passando, a reação pode dificultar o andamento da obra. Moral da história: vai ser preciso trabalhar muito na construção do país novo sem perder a reação de vista. Pode ser que num momento ou outro haja necessidade deixar a obra de lado para dar uma paulada na cabeça da reação, mas é só dessa maneira que teremos condições de continuar a obra depois.

Sobre a lei da greve

"A lei de regulamentação da greve redigida e promulgada depois do dia 25 de abril (se bem que concedendo aos trabalhadores, privados dos direitos mais naturais e inalienáveis, pelo fascismo, uma certa margem de liberdade) não poderá ser conservada

depois da eleição livre de seus governantes e legisladores pelo povo português. Esta lei, apesar do seu liberalismo aparente, está elivada de corporativismo. A liberdade sindical, direito humano inalienável, é outra coisa!". A.A.S.

Poderá ou não poderá, consoante o governo que foi eleito. Se se coloca a lei na dependência do governo, o primeiro passo a ser dado no sentido da lei ideal é a escolha do governo ideal. O que, por sua vez, só pode ser feito dentro da liberdade e das concepções democráticas de vida política que todos defendemos, mesmo quando não estamos de acordo em alguns pormenores.

Quanto ao resto da sua carta, estamos de acordo com muita coisa mas achamos discutíveis algumas considerações. Numa coisa estamos abertamente em desacordo: em primeiro lugar, os intelectuais são povo e nem sempre são acabrunhados nem incapazes de fazer confiança ao bom senso do povo (que também são, como dissemos). Em segundo lugar os intelectuais também são trabalhadores. E na grande maioria, são assalariados. Não queremos dizer que só os assalariados sejam trabalhadores, mas se a questão é essa, não é por aí que podemos estabelecer diferenças. E quanto aos capitães, bom, se V. acha que estão assim tão distantes dos interesses dos trabalhadores... Saliêntamos os poucos pontos de desacordo. Mas, repetimos, estamos de acordo consigo em muitas outras coisas.

Os saudosistas

O processo histórico em curso no país reencontrado, dói aos saudosistas do fascismo que lançam mão de boatos, sabotagens, artigelhos tendenciosos, para criarem um clima de insegurança propício a manobras reacionárias.

Portugal chegou em ruínas às mãos honestas de seus atuais governantes. Com uma balança comercial tragicamente deficitária, de costas voltadas para as realidades de um mundo em acelerada transformação, dono e senhor de uma política de colonização cruel e obsoleta, enviando seus filhos para uma guerra absurda, prendendo e torturando os defensores do povo e da liberdade, Portugal projetava-se no mundo como um feudo, um dos últimos e mais sórdidos redutos do fascismo, teatro de fantoches hitlerianos e mussolinianos à beira mar plantado.

Recuperar o tempo perdido e reintegrar Portugal no contexto das nações dignas e progressistas, é uma tarefa exaltante mas árdua, e as forças reacionárias, que têm mais dinheiro do que caráter, tentam embargar a caminhada dos democratas portugueses.

Alcançar a estabilidade econômico financeira é outro desafio que está sendo enfrentado com seriedade e coragem, mas aqueles que deixaram o país bem perto da bancarrota dizem hoje "que nem tudo são rosas" e que a situação é difícil, numa tentativa de transferirem as responsabilidades que lhes cabem e de passarem da posição de réus, com a consciência bem pesada, à de juizes, como um incendiário que critica a atuação dos bombeiros.

O golpe frustrado da minoria silenciada tinha como finalidade devolver as colônias aos colonizadores (só mais uns anos, mais tarde veremos...), restringir as liberdades conquistadas, substituir as medidas por paliativos, a ação por promessas, e manter os bolsinhos bucólicos no lugar das máquinas agrícolas.

Muitos interesses egoístas constituem a mola propulsora desses saudosistas do 24 de Abril, quando viam, sem o saberem, o último e derradeiro dia de uma época em que o povo era apenas um elemento pitoresco da paisagem mais nacionalista que nacional. Muitos interesses para tão poucas famílias, todas irmãs unidas pelo saudosismo do fascismo.

Sidónio Muralha

Agricultura: F.A.O. promete para já assistência

O apoio à agricultura portuguesa, a prestar pela F.A.O. (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), sobretudo no envio de equipes de técnicos especializados e na concessão de bolsas de estudo para diversos cursos e períodos de análise noutros países são, realmente, o motivo primordial da delegação da F.A.O., constituída pelo dr. Bildsheim (representante, na Europa, daquela organização), um seu auxiliar e um técnico do Programa Mundial de Alimentação.

As reuniões de trabalho, somadas a uma visita a um centro experimental agrícola, se desenvolverão sobretudo no setor da Secretaria de Estado da Agricultura, dependente do Ministério da Agricultura.

Ao fim da tarde de 25 de outubro, terminava Bildsheim mais um dos encontros, quando a reportagem de O SÉCULO apareceu para lhe fazer algumas perguntas.

Afirmou-nos que é pretensão da sua organização que Portugal participe plenamente em todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Europa, tanto no aspecto técnico, como econômico, o que seria de grande interesse para o nosso País. Frisou que o trabalho a levar a cabo nas sessões com o dr. Esteves Belo, secretário de Estado da Agricultura, incidirá essencialmente nos problemas referentes à extensão agrícola, ao crédito agrícola, a conseguir, talvez, junto do Banco Mundial, de que Portugal é membro, às indústrias agrícolas, à drenagem de solos, às cooperativas agrícolas e à reorganização dos serviços.

Otimismo

O vinho é, em Portugal, a única produção agrícola rentável. Mas um boletim da Comunidade Económica Europeia chegou à nossa mão revela-nos o número de 152,2 de produto consumido, para 198,4 de produção total. A alimentação consumiu, em Portugal, já no ano de 1971, 49 por cento do rendimento bruto nacional. Os preços da carne, por exemplo, embora não excedam os preços praticados na Europa, subiram consideravelmente, devido, é certo, ao aumento dos preços das rações, dos adubos, da mão-de-obra, etc. Que futuro preveria Bildsheim para a economia portuguesa?

Afirmou-nos que vê com grande otimismo o futuro da agricultura portuguesa, não só nas possibilidades de maior consumo do vinho, produto importante, como noutras explorações agrícolas. Augurou boas perspectivas no campo de maior transação interna dos produtos e mais avultada exportação para a Europa e para o Mundo. Reconheceu que Portugal ver-se-á obrigado a um sistema de concorrência com países com ótimas condições para a cultura de produtos também explorados no nosso País, mas frisou as excelentes condições climáticas, etc., do nosso território.

A nosso pedido, o especializado técnico em temas de agricultura e alimentação explicou os conselhos que daria à exploração agrícola de um país como o nosso: terminar com o grande problema, existente sobretudo, no Norte do País, das pequeníssimas explorações; proceder à divulgação e vulgarização da extensão agrícola; desenvolver a prática cooperativista; fazer a transformação in-

dustrial dos produtos, que assim se tornariam, pois, passíveis de transação.

Apoio técnico às ex-colônias portuguesas em África, traduzido sobretudo pelo envio de equipes especializadas, será, também, concedido pela F.A.O. Foi já estabelecido contato entre departamentos daquela organização e delegados dos novos países, mas os estudos que conduzirão à forma como esse auxílio se concretizará, estão presentemente em curso.

Subdesenvolvimento e alimentação

Crise ecológica mundial e poluição não podiam ficar arredadas da pequena conversa que mantivemos com o dr. Bildsheim. Afirmou-nos que a grande culpada da poluição é, não a agricultura, que também para ela colabora com alguns inseticidas e produtos químicos, mas, sobretudo, a indústria. É um problema mais dos países industrializados.

Já por outro grave problema — o da crise da alimentação, derivada, em parte, da explosão demográfica e de catástrofes naturais e bélicas — são mais atingidos os países em vias de desenvolvimento. A F.A.O. é de opinião que reservas naturais de alimentos devem ser mantidas em certas zonas do Globo. Nesse sentido, muitos estudos já realizou o Programa Mundial de Alimentação, mantido conjuntamente pela F.A.O. e as Nações Unidas, que, por diversas vezes, auxílios consideráveis prestou já a países especialmente afetados por catástrofes de vária ordem. Bildsheim citou-nos o caso dos países afetados pelas perturbações de ordem climática, sobretudo ao sul do Sahara.

De qualquer forma, a resolução do problema terá que ser encontrada com os esforços dos países afetados e dos países industrializados. Embora a alimentação seja problema para certas nações, a adesão e o interesse de muitas outras está garantido pela F.A.O. Organização com 130 países inscritos, garantiu já a realização da Conferência Mundial da Alimentação, que será levada a cabo em Roma, de 5 a 16 do próximo mês.

"De grande importância seria a entrada, sobretudo no campo agrícola, de Portugal para o Mercado Comum, que é, sem dúvida, o mais importante mercado mundial de produtos agrícolas" — disse-nos o diretor da F.A.O. para a Europa, quando lhe falávamos na questão relativamente controversa "Mercado Comum — sim ou não?". Recordámo-nos a recente vinda a Portugal do diretor-geral das Relações Externas das Comunidades Europeias, em que está englobada a Comunidade Económica Europeia (Mercado Comum) mas, também lhe chamámos a atenção para a frase do economista francês do Partido Socialista Unificado, Michel Rocard, na semana passada proferida em Lisboa: "O Mercado Comum é uma organização destinada a favorecer a atividade dos mercadores, que fizeram da Europa o seu espaço de ação".

A entrada de Portugal para a Comunidade Europeia daria a Portugal uma maior abertura, embora lhe acarretasse, também, uma situação de concorrência com certos países, no respeitante a determinados produtos, de que igualmente são produtores.

(O Século, 26/10/74)



VICTORIO DIONISI

Cópias: heliográficas xerográficas - eletrotáticas - fotocópias - mimiográficas - redução - ampliação
Rua Líbero Badaró, 488 - 8.º andar - B2
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -
Fone: 256-5141 - São Paulo

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial
Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas,
701 a 704 - Telefone: 34-7064
SÃO PAULO

SÉCULO XXI

LIVROS

Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo



Rodoviário "CARAVELLE" Ltda.

"O jato na Rodovia"
Transportes rápidos entre:
Rio - São Paulo -
Niterói - Magé - Rio Bonito.
RIO SÃO PAULO NITERÓI
260-5075 92-1864 5294

Partido Socialista convida Willy Brandt e Olof Palme

Willy Brandt, Prêmio Nobel da Paz em 1971 e presidente do Partido Social Democrata Alemão, esteve em Lisboa por alguns dias, tendo chegado a 19 de outubro. Ainda no Aeroporto da Portela, declararia aos jornalistas:

"Vim a Portugal a convite do Partido Socialista, com o qual nos sentimos solidários".

Com uma agenda de trabalhos extremamente carregada para os três dias que duraria a sua visita, Willy Brandt, o primeiro político alemão ocidental a visitar Portugal depois do 25 de Abril, chegou acompanhado por uma comitiva de que faziam parte sua mulher, um porta-voz do S.P.D., um representante oficial do chanceler Wileks, e um representante da Fundação Evert.

O presidente do Partido Social Democrático Alemão era aguardado no aeroporto por diversas individualidades ligadas ao Partido Socialista, entre as quais o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que antecipou o seu regresso dos Estados Unidos para poder receber o político germânico.

Antes da breve conferência de imprensa na sala dos "Vips", Willy Brandt agradeceu o convite que lhe foi feito para visitar Portugal e, dirigindo-se ao povo português, afirmou que esperava retirar resultados práticos desta visita, tendo em vista a ajuda necessária para a consolidação da democracia e de um futuro próspero. Saudou, em termos elogiosos, o Movimento das Forças Armadas, pelo qual disse ter o máximo respeito, salientando, em seguida, a solidariedade do S.P.D. com o Partido Socialista Português, os laços democráticos que unem os dois agrupamentos políticos, os contatos que irá ter com dirigentes do P.S. Referiu, ainda, que as futuras relações entre Portugal e a República Federal Alemã poderão ser importantes para a integração de Portugal na Comunidade Europeia.

O antigo chanceler da Alemanha Federal, afirmou seu desejo de estabelecer um diálogo frutuoso com diversos membros do Governo Português a fim de apurar as necessidades reais do País, uma vez que isso poderá ser extremamente importante para o incremento das relações entre os dois países, e para uma cooperação intensificada.

Relativamente à emigração portuguesa, Willy Brandt referiu estar bem documentado sobre o assunto e disposto a elucidar os governantes portugueses sobre a situação do seu país. E adiantou que a presença dos nossos trabalhadores na Alemanha é bem aceita. Quanto à possibilidade da entrada de Portugal para o Mercado Comum, antes da Espanha, sendo-lhe também perguntado se isso fazia parte da sua agenda de trabalhos no nosso País, o presidente do S.P.D. mostrou-se reservado, afirmando apenas que isso só pode ser apreciado no desenvolvimento natural do processo político, pelo que qualquer posição prévia pode ser precipitada.

A questão do P.P.D. teria que vir à baila. Mas às perguntas feitas — a social-democracia, a aceitação internacional desse agrupamento —, o político alemão foi habilmente vago e discreto, limitando-se a afirmar que é convidado dos socialistas que, neste momento específico, serão os seus interlocutores.

Entretanto, a saída de Willy Brandt do aeroporto, foi retardada

por alguns minutos, devido a uma manifestação, no exterior das instalações, de algumas centenas de elementos afetos ao P.P.D. que, embora vitoriassem o presidente do Partido Social-Democrata Alemão, defendiam, em cartazes e "slogans" a identificação P.P.D./S.P.D. As forças policiais montaram um cordão de segurança, impedindo que se registasse qualquer incidente.

Na tarde de sábado, Willy Brandt, teve um encontro com o Primeiro-Ministro português. E foi o próprio brigadeiro Vasco Gonçalves, quem afirmou, após o encontro, que este foi proveitoso e cordial, não tendo, contudo, sido tratados problemas específicos. "Tive muito prazer em conhecer Willy Brandt, e considero o seu papel político muito positivo, nomeadamente, as suas ações em prol da paz. Acho importante a sua vinda a Portugal, pois pode, com os seus olhos, ver o clima de paz e civismo existente no nosso País, e o exemplo admirável de serenidade e calma do nosso povo".

Reunião S.P.D. e P.S.

O encontro oficial dos delegados do S.P.D. alemão, chefiados por Willy Brandt, com os representantes do Partido Socialista Português deu-se às 10 horas do dia 20 e dele saiu uma declaração que publicamos noutra local, com o devido relevo.

O meio-dia foi a hora marcada para um almoço "privado", em que, no Palácio de Seteais, em Sintra, Mário Soares fez ao antigo chanceler da República Federal Alemã e a algumas individualidades as honras da mesa.

Após a recepção, às 17 horas, na Embaixada do seu país em Lisboa, o secretário-geral do Partido Social-Democrata alemão partiu, logo após às 19 horas, para a capital do Norte, onde, motivo principal da sua vinda a Portugal, participou, como convidado de honra, no grande comício do Partido Socialista naquela cidade.

Quanto a Olof Palme, presidente do Partido Social-Democrata Sueco e também primeiro-ministro desse país, esteve em Portugal por dois dias, também a convite do Partido Socialista Português. Palme fez-se acompanhar pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Knut Frydenlund.

A visita, que o primeiro-ministro sueco classificou como "do mais alto interesse", apesar de curta, foi inteiramente preenchida e, por isso, frutuosa: um encontro com Vasco Gonçalves, outro com Costa Gomes e uma reunião com dirigentes do P.S.

As consequências da visita não se fizeram esperar. Assim, anunciou-se o estudo da cooperação econômica entre a Suécia, a Noruega e Portugal, estudo esse que prosseguirá ainda esta semana, em Helsínquia e com a presença do ministro Rui Vilar. Por outro lado, Palme garantiu o fornecimento de papel de jornal ao nosso país até às eleições.

Foi uma visita do mais alto interesse e que, apesar de curta, me convenceu de que Portugal se encontra no caminho de uma verdadeira democracia, para cuja construção a Suécia está decididamente pronta a contribuir desde já, — diria Olof Palme à chegada a Estocolmo.

Por seu turno, o tom geral dos jornais suecos afina pelo mesmo diapasão. Um título, de entre muitos semelhantes: "Olof Palme é hoje popular em Portugal, onde se conhece a posição tomada pela Suécia contra o regime fascista e o apoio dado aos movimentos de libertação das colônias".

Declaração conjunta do S. P. D. e do P. S.

O propósito das conversações havidas entre a delegação do S.P.D., dirigida pelo seu presidente, Willy Brandt, e os dirigentes socialistas portugueses, foi elaborada a seguinte declaração conjunta:

O S.P.D. reforçou, durante a visita do seu presidente, os seus laços de solidariedade de muitos anos com o Partido Socialista Português.

Nas conversações entre as duas delegações, ambas as organizações partiram da base comum do socialismo democrático e concluíram, que também para o futuro, a meta do socialismo democrático fornecerá o enquadramento da cooperação mútua.

O S. P. D. saúda e apoia a contribuição decisiva do Partido Socialista Português para a construção das estruturas democráticas de Portugal e renova a sua disposição de apoiar os esforços do partido irmão português.

Ambos os partidos vêm na construção de uma sociedade democrática e pluralista, um pressuposto essencial para a concretização dos objetivos políticos, econômicos e sociais comuns.

A adesão do S. P. D. e do P. S. ao socialismo democrático, e em liberdade, é o fator decisivo para a defesa contra todas as forças que ponham em perigo, por concepções totalitárias, a construção e conservação de uma sociedade democrática.

O S. P. D. saúda e apoia a política de descolonização dos seus amigos portugueses, a que o Partido Socialista e o seu secretário-geral ficaram indissolavelmente ligados.

Ambos os partidos esforçar-se-ão por concretizar a idéia da unidade europeia; os esforços de Portugal em estabelecer relações íntimas com a Comunidade Europeia serão apoiados pelo S. P. D.

A Aliança Atlântica é, na situação atual, para ambos os partidos, uma base de conservação da segurança de Portugal e da República Federal da Alemanha. O P. S. apoia, também, neste particular, o programa do M. F. A., que impõe o estrito respeito pelos acordos internacionais assinados por Portugal.

Ambos os partidos esforçar-se-ão em reforçar a cooperação dos partidos socialistas e sociais democratas no âmbito da Internacional Socialista — de que o P. S. é o único membro português — e em aprofundar as ligações com todas as forças progressistas, exteriores à Europa.

Problemas econômicos - tarefa prioritária

A fim de assinalar a passagem de seis meses sobre a queda do fascismo, a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas emitiu um comunicado em que considera terem já sido conseguidas as condições que permitam encarar e resolver os problemas econômicos, tarefa prioritária no processo de democratização do País.

O documento é do seguinte teor:

"Embora o Movimento das Forças Armadas recebesse a adesão entusiástica da esmagadora maioria do povo português, quando em 25 de Abril fez desmoronar o regime antinatural que nos oprimia havia 48 anos, logo houve quem pusesse dúvidas quanto à viabilidade de conduzir este País para a democracia.

"Essas dúvidas eram postas

por uns poucos beneficiários do antigo sistema e baseavam-se no mesmo argumento que serviu ao chamado "Estado Novo" para se manter durante tão longo período: falta de maturidade política.

"Os atos ocorridos nestes seis meses de situação pre-democrática desmentem categoricamente tais derrotismos.

"Apesar dos obstáculos encontrados, a situação vai-se clarificando e as perspectivas de melhores dias abrem-se com nitidez.

"Superada a instabilidade política que, durante os primeiros meses de vigência do novo regime, dificultou a concretização das medidas previstas no Programa do M. F. A., os órgãos do Poder político desenvolvem uma intensa atividade no sentido do cumprimento do Programa que há de permitir a instauração de uma verdadeira democracia, cujos termos serão definidos pela Assembleia Constituinte a eleger nos princípios do próximo ano. Até lá, conta-se com a compreensão de todos os portugueses para a necessidade de diálogo numa base de tolerância democrática.

"Estão conseguidas condições para encarar e resolver os problemas econômicos que surgem agora como tarefa prioritária. Com a colaboração do povo português, essa tarefa há de ser levada a bom termo.

"Ao realizar o 25 de Abril, ao penhou-se numa opção política, cionária que visa restituir ao povo português as liberdades fundamentais de que havia sido despojado pelo regime deposto, o Movimento das Forças Armadas empenhou-se numa opção política, claramente definida no seu Programa, em defesa da qual se mantém firme e intransigente".

(Diário de Lisboa, 26/10)



Livros Soviéticos

Novidades em espanhol, inglês e francês — Tecnologia — Medicina — Literatura
Rua Barão de Itapetininga, 88 —
Galeria Itá — Loja 6A-Terrea
01042 — SÃO PAULO-SP
Atende pelo Reembolso Postal
Solicitem catálogos.

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora -
Mate com leite, limão e maracujá -
Chá mate e chimarrão em pacotes
das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

RENDARTE PLÁSTICOS LTDA.

Qualidade e perfeição em toalhas
rendadas em plástico
Trav. João Borba, 35 - Fone: 292-1604
SÃO PAULO

MURILLO MELLO CÉLIA DE MELO E MOURA

ADVOGADOS
Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11º s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA

Consertos e reparos de máquinas e ferramentas

SERVIÇO DE TORNO E PLAINA

SOARES & BAPTISTA LTDA.

Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

Açores: fim do arrendamento feudal

Val terminar, nos Açores, o sistema feudal de arrendamento de terras, em resultado da visita que o dr. Esteves Belo, secretário de Estado da Agricultura ali efetuou, e à Madeira, regressando, ontem, a Lisboa.

Segundo anunciou, no aeroporto, outras medidas concretas vão ser tomadas a fim de desenvolver o setor agro-pecuário dos dois arquipélagos, pondo cobro a situações injustas e desumanas.

"Nos Açores, os arrendamentos — explicou o dr. Esteves Belo — são feitos anualmente e no fim do ano o dono da terra pode despedir o rendeiro, caso este não concorde com um aumento da renda.

Ora o rendeiro, na generalidade, tem quatro ou cinco vacas e se não puder continuar na terra que alugou não sabe o que há-de fazer ao gado, vendo-se assim obrigado a aceitar o aumento que lhe é pedido.

Entretanto, está prestes a entrar em vigor a nova lei de arrendamentos, que foi apreciada e discutida por proprietários e rendeiros. Todos manifestaram a disposição de acatar uma lei mais justa para que se construa uma sociedade mais humana. Contudo, ultimamente têm sido feitos despedimentos maciços. Cinco mil rendeiros, segundo estou informado, terão sido despedidos. Representam cerca de quarenta por cento do total dos que exploram a terra por arrendamento. Significa isto que os proprietários procuram modificar a situação existente, antes da entrada em vigor da nova legislação".

Os arrendamentos terminam a 31 de Outubro, mas o secretário de Estado deu aos rendeiros a garantia de que o Conselho de Ministros não deixará de aprovar as medidas legislativas que se impõem, para impedir que estes despedimentos se concretizem.

Nos Açores vai ser dada prioridade ao aumento da produção do leite

O dr. Esteves Belo participou nos Açores, em reuniões de trabalho realizadas em Angra, Horta, Ponta Delgada, Santa Maria e Pico.

Nessas reuniões, estiveram presentes milhares de trabalhadores rurais, que expressaram abertamente os seus problemas, "em gritos de revolta pela situação em que se encontram — gritos incontidos ao longo destes anos e que agora se soítam".

Após salientar a situação de isolamento e de angústia, de abandono a que estiveram votadas estas populações, o secretário de Estado acentuou a necessidade de as apolar para que conquistem uma vida melhor.

Explicou, então, que nos Açores se vai fazer o desenvolvimento da agro-pecuária, pois aquelas ilhas têm para tal condições excepcionais. Já lá se encontram as máquinas necessárias para as ações que se vão desenvolver e o programa estabelecido terá o apoio, a colaboração e "controle" direto, do povo.

Acrescentou que este programa vai demorar anos a concretizar-se, pois trata-se não somente de desenvolver a produção, mas também de a repartir e melhorar os ganhos daqueles que exploram a terra.

Para isso — disse — há que abrir caminhos que facilitem a recolha rápida do leite; há que construir bebedouros, há que combater as doenças do gado e que proporcionar uma assistência técnica adequada aos produtores.

Além disso, é preciso pôr a funcionar instalações de frio, alterar os postos, construir matadouros:

"Como exemplo da realidade açoriana, descrevo-lhes o matadouro do Falal: é um palheiro com ganchos, uma corrente e três sacas, além de uma panela para aquecer água..."

O dr. Esteves Belo disse ainda que vai ser dada prioridade à produção do leite e só depois se irá intensificar a produção da carne. Numa fase posterior, desenvolver-se-á a indústria de laticínios e da carne, com a colaboração de cooperativas.

Na Madeira há que reconverter as culturas da vinha e da cana-de-açúcar

Quanto à Madeira, o secretário de Estado insurgiu-se igualmente com a existência do sistema da colônia, que vem dos tempos em que a ilha foi descoberta.

"Os senhores, os donatários a quem foi doada a ilha, deram a terra em sistema de colônia àqueles que iam trabalhar a terra. O colono podia fazer a benfeitoria, construir a casa. O senhorio ficava com a propriedade e cobrava metade da produção, podendo despedir a todo o tempo o colono que, despedido, era obrigado a deixar a casa que construíra. Pois é esta situação que ainda vigora em 1974, mas que estou certo não se prolongará até o fim do ano".

Sobre as medidas que concluiu serem indispensáveis tomar na Madeira, referiu-se a necessidade urgente de reconverter a cultura da cana-de-açúcar, pois a produção não se torna econômica e só vinte por cento da mesma pode ser aproveitada para o fabrico de aguardente-mel de cana.

Disse que também a vinha precisa de ser reconvertida, substituindo as cepas velhas e que a Madeira reúne condições excepcionais para incrementar a floricultura, a fruticultura e a horticultura, observando que para tal é indispensável haver infra-estruturas.

Outro ponto que referiu foi o da necessidade de eliminar os numerosos intermediários que há entre o produtor e o consumidor.

Os jovens ainda acreditam na possibilidade de conquistar uma vida melhor

A terminar, o secretário de Estado da Agricultura falou da última reunião em que participou ontem, no Funchal, e a que estiveram presentes 1.200 pessoas.

"Na reunião houve velhos e novos, mulheres e homens, todos a querer falar. Os que mais me impressionaram foram os jovens, porque ainda há gente jovem que acredita, que tem confiança. Que ainda luta, ainda crê na possibilidade de conquistar uma vida melhor, sabendo a miséria em que os seus pais e os seus avós viveram".

D. N. 25/10/74

Regresso dos emigrantes

"PARIS, 25 — "O Problema da emigração constitui uma preocupação dominante do Governo Provisório" — declarou o secretário de Estado Português da Emigração, dr. Pedro Coelho, na conferência de Imprensa realizada na biblioteca da Embaixada de Portugal em Paris, e da qual participou, também, o secretário de Estado das Pescas, dr. Mário Ruivo, que igualmente se encontra na capital francesa, em missão oficial junto da O. C. D. E.

"O programa do Movimento das Forças Armadas encara positivamente a volta progressiva dos emigrantes, mas baseada num desenvolvimento económico que permita dignas condições de vida, pois não queremos oferecer a miséria àqueles que partiram para a ela fugir" — afirmou o dr. Pedro Coelho, depois de apreciar, nas suas linhas gerais e nas suas causas, o panorama atual da emigração portuguesa, que atinge — disse — mais de vinte por cento da população do País.

O secretário de Estado Português teve palavras de apreço pela forma como foi recebido pelo seu homólogo francês, Paul Dijoud, com quem tratou — disse — de problemas referentes à alfabetização dos emigrantes portugueses (adultos ou crianças), revisão próxima do acordo assinado em 1963 entre Portugal e a França, relativo a problemas de emigração e ratificado em 1971, que atualmente se encontra ultrapassado, aumento do ensino do português primário a filhos de emigrantes, formação pro-

fissional e campanhas para fazer cessar a emigração clandestina.

No que se refere a formação profissional, o secretário de Estado português da Emigração manifestou interesse pelo seu desenvolvimento, "pois que dará a possibilidade a Portugal, quando chegar o momento, de encontrar operários especializados" — observou.

Respondendo a uma pergunta do correspondente do "Times", sobre se encarava favoravelmente uma proposta da C. G. T. ao Governo francês, para se criar em França um estatuto único do imigrante, o dr. Pedro Coelho declarou esperar que as atuais medidas do Governo francês, fechando o país à imigração, sejam brevemente revistas, "pois que apenas se trata de medidas provisórias".

Aproveitando a presença de jornalistas, representando alguns dos órgãos mais importantes da Imprensa francesa e estrangeira, o secretário de Estado da Emigração focou, não apenas os assuntos situados no âmbito do departamento que dirige, mas também a panorâmica da vida política portuguesa a partir do 25 de Abril.

A democratização do País, que é uma das tarefas primordiais — observou o dr. Pedro Coelho —, ainda não é suficiente. Será necessário acompanhá-la por certas reformas socioeconómicas que, estritamente de acordo com o programa do M. F. A., permitam a evolução económica, abrindo o caminho à justiça social.

E mais adiante: "Contudo, não se podem tomar, no quadro do Governo Provisório, todas as medidas necessárias, pois é ao povo que cabe escolher, por via eleitoral, o esquema do desenvolvimento que mais lhe interessará.

(O Século, 26-10-74)

P.P.D. : o primeiro comício



O primeiro comício promovido pelo P.P.D. constituiu grande êxito calculando-se em cerca de dezoito mil pessoas a multidão que encheu por completo o recinto e os corredores do Pavilhão dos Desportos e se aglomerou no exterior. "Socialismo democrático" foi um dos "slogans" mais repetidos — que se defenderam com inquebrantável fé e aplaudiram com firme convicção. Dos oito oradores da noite, os que mais aplausos receberam foram o ministro Magalhães Mota e Francisco Sá Carneiro, que se vê na foto a proferir o seu significativo discurso, no qual afirmou: "A dignidade de Portugal — de Portugal renovado e democrático — não pode ser ofendida nem pelo desespero de reacionários, nem pela impaciência de pretensos vencedores".

AVANÇO — LIVRARIA
QUEM NÃO LÊ... MAL FALA,
MAL OUVI, MAL VÊ...

Aberta diariamente até às 22 horas
Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460
SÃO PAULO

Livros nacionais e estrangeiros
Técnicos, jurídicos e didáticos
Para todos os cursos
Primário, Ginásio, Científico
Consulte-nos: fone: 239-3238
LIVRARIA E PAPELARIA
JARAGUÁ LTDA.
Rua Marconi, 54 — São Paulo

PAPELARIA
E
LIVRARIA
brasiliense

Livros Portugueses
Livros Nacionais e Importados
Livros Universitários

Rua Barão de Itapetininga, 93/90
Fone: 32-7770 — São Paulo

ESPORTE

Campeonato da 1.ª divisão 9ª rodada

Benfica	3	Guimarães	0
Vit. de Setúbal	1	Porto	1
Farense	1	Belenenses	3
Tomar	4	Olhanense	2
Leixões	1	Sporting	1
Boavista	3	Oriental	0
Atlético	1	Académico	0
Espinho	2	Cuf	2

CLASSIFICAÇÃO:

1.º — Benfica	14 pontos
2.º — Porto	14 "
3.º — Guimarães	13 "
4.º — Vitória de Setúbal	11 "
5.º — Sporting	11 "
6.º — Boavista	11 "
7.º — Belenenses	10 "
8.º — Farense	9 "
9.º — Atlético	9 "
10.º — Sp. Espinho	8 "
11.º — União de Tomar	8 "
12.º — Cuf	7 "
13.º — Olhanense	7 "
14.º — Leixões	6 "
15.º — Oriental	4 "
16.º — Académico	2 "

O Benfica ao derrotar o Guimarães pelo brilhante resultado de 3x0, subiu ao primeiro posto da classificação. E agora, quem vai tirá-lo de lá? Será que o Futebol Clube do Porto ou o Sporting terão garra para isso? Achamos bastante difícil; no entanto vamos esperar para ver.

Bons resultados do Leixões ao empatar com o Sporting por 1x1 e do Belenenses derrotando o Farense no próprio campo pela contagem de 3x1.

O Atlético aos poucos vai melhorando sua posição na tabela de classificação. De causar apreensão a posição em que se encontram os simpáticos Oriental e Académico.

JOGOS DA 10.ª RODADA:

Cuf	x	Benfica
Oriental	x	Sp. Espinho
Sporting	x	Boavista
Belenenses	x	Leixões
Olhanense	x	Farense
Académico	x	Tomar
Porto	x	Atlético
Vit. Guimarães	x	Vit. Setúbal

MELHORES MARCADORES DE GOLS

Izalde (Sporting)	11 gols
Geremias (V. Guimarães)	10 "
Jordão (Benfica)	6 "

Fomento da Nataçao

SEIS MIL JOVENS NA ESCOLA DE COIMBRA

Começou em Coimbra a campanha de aprendizagem de nataçao, durante a época de 1974-75, promovida pela Escola de Nataçao de Coimbra da Delegação da Direcção-Geral dos Desportos.

Vão ser utilizadas, além das duas piscinas municipais, as de Santa Clara, Celas e Condeixa, estendendo-se a iniciativa à Figueira da Foz, na piscina do Ginásio Clube Figueirense, todas cobertas, com água aquecida e devidamente tratadas.

Este ano tem a característica de a atividade ser especialmente orientada para os escolares mais jovens, designadamente em favor do ensino primário.

Nesta primeira fase irão estar envolvidos aproximadamente 6.000 praticantes, dos 5 aos 12 anos, que terão lições semanais, com a duração de uma hora cada um.

Está igualmente assegurado o transporte dos escolares para as diversas piscinas, através dos autocarros da Delegação.

«Grandecuba» no Desporto Barreirense

Anteontem, pelas 20,30 horas, elementos do Secretariado do «Grandecuba» reuniram-se, na Câmara Municipal do Barreiro, com os órgãos de Informação, com o objetivo de esclarecerem as populações sobre os princípios gerais que regem aquele movimento, assim como dados sobre a organização e objetivos a atingir.

Sobre o primeiro ponto, princípios gerais, foi feita uma síntese sobre os esforços já desenvolvidos na procura de uma solução regional para as atividades culturais e desportivas.

Sallentam-se, nesse aspecto, os contatos com as coletividades e movimentos políticos do conselho, assim como a unificação de esforços com a aderência da C.M.B., Comissão cultural e desportiva do M.D.P., M.J.P., Juntas de Freguesia e Comissões de Bairro, assim como a anuência entusiástica da população barreirense e de todas as entidades com experiência organizativa e pedagógica.

O «Grandecuba» tem desenvolvido, também, esforços junto das entidades oficiais, nomeadamente com a Direcção-Geral dos Desportos, Ministério do Trabalho, Ministério dos Assuntos Sociais, Direcção-Geral do Ensino Básico, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Serviços Florestais, F. N. A. T., entre outras. De todas estas entidades tem havido receptividade carinhosa e estimulativa, assim como promessas de ajuda técnica e financeira.

No aspecto organizativo o «Grandecuba» já tem a «máquina» em plena laboração burocrática, esperando apenas, pelo apoio financeiro para que a atividade prática tenha efetivação.

Quanto aos objetivos a atingir, o «Grandecuba» visa um aproveitamento total, espaços e horários das instalações desportivo-culturais do conselho, dos estabelecimentos de ensino e de espaços livres e, também da piscina municipal. É sua pretensão, conseguidos já alguns pontos, a criação de três tanques de Nataçao, recintos ao ar livre e um Parque Municipal de Campismo. Para que estas instalações tenham um aproveitamento total, irá o «Grandecuba» formar agentes de ensino, nomeadamente monitores de nataçao, animadores para desportos coletivos e para atividades culturais. Consta ainda no seu programa um apoio cultural-desportivo à população, utilizando para esse efeito a informação, publicações e debates.

Consta no programa do «Grandecuba», com ideal primordial, a educação das massas vindouras, desmorroneamento das estruturas podres do nosso desporto e criação de novas estruturas que possam servir um desporto de massas.

A estruturação e montagem técnica da máquina está em plena atividade e para que dela possam beneficiar os cento e vinte mil habitantes do conselho do Barreiro, praticando desporto, participando em atividades culturais (teatro, música, cinema, artes plásticas) e beneficiando de assistência social hospital, bombeiros, cursos de primeiros socorros e diminuídos físicos), será necessária uma verba anual de 3.800 contos.

O Estado fará, assim o espera o «Grandecuba», um investimento oneroso, mas de lucros incalculáveis, para este País renovado em que todos, jovens e velhos, irão ser extraordinariamente beneficiados e preparados para servirem o País de forma mais relevante.

COELHO FIGUEIRAS (de «A Bola», 14-10-74)

OUÇA TODOS OS SABADOS às 14,30 horas **PORTUGAL SEM PASSAPORTE** CANAL 13 — RIO DE JANEIRO

Cantos e danças da velha Sibéria

No dia 31 de Outubro estreou no Collseu dos Recreios o «ballet» Sibéria Krasnolark, que percorreu a Europa com o seu espetáculo de 120 figuras, entre solistas, bailarinos, cantores e músicos, sob a direcção de Mikhail Godenko. Para a atuação dos artistas soviéticos foi montado um palco de grandes dimensões iluminado por mais de 200 projetores.

Ao cabo de dois meses de atuação em Espanha (Valência, Saragoça, Madrid e Barcelona), estão em Portugal os cento e vinte elementos constituintes do ballet Krasnolark, um dos mais famosos agrupamentos folclóricos da U.R.S.S. que, no mínimo ao longo de dez dias, vem atuar em Portugal.

Segundo a opinião do seu diretor, Mikhail Godenko, os dois meses que passaram em Espanha, foram uma perfeita apoteose para os bailarinos russos, oriundos da Sibéria, cujo folclore encontra no «Krasnolark Ballet» a máxima expressão de fidelidade.

Esta companhia que, como todas as embaixadas culturais da U.R.S.S., pertence ao Estado Soviético e não pode permanecer fora do território nacional mais do que três meses. Acontece, justamente, que a «tour-née» deste ano de 1974, termina, para os artistas russos no nosso País.

Característica curiosa do «Krasnolark Ballet»: não tem solistas, virtuosos, gente de destaque. Vale pelo seu conjunto, pela unidade de todos os artistas do grupo, dos quais vinte, são músicos especializados em velhos instrumentos tradicionais russos que, com requintes de cuidado, se transportavam no mesmo avião que trouxe os artistas de Barcelona.

A extrema qualidade desses músicos é porventura, um dos grandes motivos de êxito desta companhia.

Falando para a Imprensa, o diretor deste conjunto, foi parcimonioso em palavras. Historiou a vida da companhia e pouco mais.

Quer, antes de tudo, que os seus artistas surjam à luz da ribalta em total virgindade. Confiantes, as bailarinas — cerca de três dezenas — sorriam às pessoas da informação. Lindas e todas com cabelo cor de palha. A cor — diz-se — da Sibéria.

Preço de uma manifestação «espontanea»

Duas respostas do governador-civil do Porto, dr. Mário Cal Brandão, numa entrevista que concedeu.

«A tarefa primordial deste primeiro mês tem sido o saneamento das câmaras municipais que ainda se encontravam a funcionar com elementos das antigas vereações. Terminei esses trabalhos com a elabora-

ção da lista dos elementos que ficam a constituir a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Vou passar, agora, a ocupar-me do mesmo trabalho em relação às juntas de freguesia (...).

A dilapidação dos dinheiros públicos era uma constante dos órgãos administrativos do anterior regime, mas ainda é cedo para medir com exatidão o seu volume. Foi tão grande o dispêndio com obras suntuárias, que nada justificava num país pobre como o nosso, e com o custo de festas que se realizavam por ocasião das visitas oficiais — elas eram tantas! — que não se pôde ainda fazer o seu balanço.

De resto, é uma tarefa que compete às câmaras, a quem vou pedir para não descuidarem a sua execução.

Entretanto, posso adiantar-lhe o seguinte:

Com a manifestação «espontanea» daquela minoria, que hoje pretende chamar-se «maioria silenciosa», que se fez em Lisboa, à chegada do ditador Marcelo Caetano, quando do seu regresso de Londres, despendeu o distrito do Porto, note bem, apenas este distrito, em aluguel de camionetas e despesas de deslocação dos manifestantes, a bonita soma de 3.003.984\$00 — importância esta paga através do Estado, pelo Ministério do Interior de então e das câmaras, sendo 2.292.984\$00 por aquele e 711.000\$00 por estas».

(«Primeiro de Janeiro, 14-10-74)

Os trabalhos das comissões de reforma judiciária

O Ministério da Justiça distribuiu aos órgãos da Informação a seguinte nota:

As Comissões de Reforma Judiciária que se constituíram em Julho findo, nos termos do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 261/74, de 18 de Junho, com a finalidade de contribuírem para a democratização e eficácia da Justiça, através da reforma das leis vigentes, obedecendo ao imperativo do programa do M. F. A., desejam concluir os seus trabalhos o mais depressa possível.

As instaladas comissões junto da comarca e da Relação de Lisboa convidam por esta via todos — juristas, sociólogos, economistas, escritores, funcionários e homens práticos — a darem-lhes a sua colaboração, formulando para esse efeito críticas às leis publicadas pelo regime fascista e sugestões e estudos acerca da elaboração de outras, tendo por objetivo criar as necessárias condições à institucionalização de uma verdadeira justiça democrática em Portugal.

Todas as sugestões e contactos devem ser feitos e estabelecidos para o presidente da Relação de Lisboa, na Praça do Município desta cidade.



Casa de Portugal

AVENIDA DA LIBERDADE, 602 — SÃO PAULO

Realizar-se-á no próximo dia 10 do corrente, domingo, às 16.00 horas, uma vespéral artística com os alunos da «Casa de Portugal»: 1.ª parte — Prof. Manuel Marques e os seus alunos de guitarra, violão e acordeão, interpretando músicas portuguesas; 2.ª parte — Prof. Néa Simões e o seu grupo infantil-juvenil de Arte de Dizer, em entre-atos e poesias de autores portugueses; 3.ª parte — Grupo Folclórico «Casa de Portugal» apresentando danças do seu repertório.

Aumentam as adesões à campanha "Um dia de salário para a Nação"

Num ritmo que não conhece esmorecimentos, antes se revigorando dia a dia, numa afirmação de total adesão ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas, bem como de inteira confiança nas diretrizes do Ministério do Trabalho, com vista à defesa dos legítimos interesses das classes trabalhadoras, continuam a chegar, diariamente, àquele departamento donativos destinados à campanha "Um dia de salário para a Nação".

Dentro deste espírito, os trabalhadores da firma de construção civil A. Silva e Silva enviaram ao Ministério do Trabalho um cheque na importância de 82.917\$00, verba com que participam na campanha.

Com o mesmo objetivo — apoio ao Governo Provisório e fortalecimento da democratização, foram recebidas no Ministério do Trabalho mais as seguintes importâncias: Empresa Teatral de Variedades — Cinema Condes, 6.452\$60; Josefa Gomes, Caparuchina, Olhão, 128\$00; trabalhadores da Fábrica Gisela, de Alberto Soares Ribeiro, Olhão, 4.401\$00; trabalhadores da Fábrica M. Rodrigues Pereira, Olhão, 10.886\$80; trabalhadores da Fábrica Dora, Exp.

Conservas, Olhão, 16.081\$90; operários da Fábrica J. J. Celorico Palma, Tavira, 6.155\$10; trabalhadores da Companhia Portuguesa de Congelamento, Olhão, 5.712\$00; João Simões Miranda, Aveiro, 390\$00; António Ramalho Correia, Canas de Senhorim, 250\$00; Agostinho Pereira, Amareleja, 150\$00; Manuel José Gomes, Odemira, 930\$00; Augusto Roque, Pombal, 941\$80; trabalhadores do Grémio da Lavoura de Salvaterra de Magos, 880\$00.

Enviaram também donativos: trabalhadores de Bastos Costa e Vianna, Porto, 394\$70; trabalhadores rurais de Reguengo Pequeno, Odemira, 1.650\$00; Abílio Augusto Santos, Lameirão, Vila Real, 120\$00; Januário Martins, Vila Praia de Ancora, 200\$00; Armindo dos Santos, Livramento, 350\$00; Garagem de São Cristóvão, Abrantes, 220\$00; trabalhadores dos Supermercados Esmeralda, Abrantes, 593\$50; Jorge de Sousa, Alcanena, 350\$00; Adolfo Augusto de Sousa, Matosinhos, 500\$00; Mário Contente da Torre, Barreiro, 200\$00; Serafim Carvalho Costa, Porto, 1.625\$00; trabalhadores da Fábrica de Descasque de Arroz, Taveiro, 1.800\$00; Manuel Francisco dos Reis, motorista, Almodovar, 200\$00; António Augusto Moreira Natário, Espinho, 200\$00; Manuel Correia Alves, Fornos de Algodres, 150\$00; Alberto

Moreira dos Santos, Douro, 200\$00; João António Soeiras, Vila Viçosa, 750\$00; Jacinto Simões Domingos, Almodovar, 2.000\$00; Jacinto Simões Domingos, Almodovar, 5.000\$00; Claudino Braz Segurado, Cabeça Gorda, 160\$00; trabalhadores da Casa do Povo de Ferreira de Alentejo, 350\$00; Ana Santos Amaral, Ferreira de Alentejo, 120\$00; e trabalhadores da Junta de Freguesia de São Lourenço, Portalegre, 318\$50.

Donativos entregues em quartéis de Elvas

Entretanto, com idêntico objetivo, estiveram no quartel do Regimento de Lanceiros 1, em Elvas, os srs. João Plácido Cordeiro, encarregado de obras e Artur Boneta Dias, operário, trabalhadores da firma Anselo — eng.º António Sequeira Lopes, desta cidade de Elvas, que procederam à entrega com destino ao M.F.A. da importância de 10.287\$40, correspondentes ao valor do dia de trabalho dos operários executado no domingo de trabalho na obra de urbanização "Cidade-Jardim" da referida entidade.

Também foram entregues no Comando Militar da Praça de Elvas as importâncias abaixo designadas com destino à Associação dos Diminuídos Físicos das Forças Armadas: por representantes das Casas do Povo de S. Vicente, conselho de Elvas, 9.774\$50; dos trabalhadores da S.E.T. (Sociedade Elvense de Tomate), 6.139\$50; dos trabalhadores da Junta de Colonização Interna, 3.322\$50; e por dois trabalhadores da cidade de Elvas, 230\$00.

Estas importâncias totalizam a quantia de 19.486\$00, tendo sido entregues ao Conselho Administrativo do B.C. 8 para o mesmo lhes dar o devido destino.

300 contos dos trabalhadores de Cascais e pescadores de Peniche

O dr. Carlos Carvalhas visitou em Cascais, a Standard Electric, onde foi recebido por grande número de trabalhadores.

O secretário de Estado do Trabalho, a quem foi entregue a quantia de 150.967\$50 como contributo dos operários para a campanha "Um dia de salário para a Nação", dirigindo-se aos trabalhadores, disse que era muito grato poder estar presente naquela empresa, sobretudo pelo fato de nesses momentos estar a decorrer uma assembleia, em que se procurava "construir um sindicato vertical, forte, perfeitamente de acordo com os interesses de todos".

Falando das empresas onde o produto é superior ao produto nacional bruto português, o dr. Carlos Carvalhas lembrou "a dimensão da sua força, do seu poderio económico

e político", que "podrão causar ainda problemas", dos quais "os trabalhadores têm que ter consciência".

"Por isso eu peço a todos — concluiu o secretário de Estado do Trabalho — que nunca se esqueçam de que o objetivo principal nesta fase é a consolidação da democracia, é o criar de bases para que essa democracia avance, é o criar de bases para que o Governo português possa estabelecer reformas sociais, económicas e políticas que se traduzam numa melhor repartição do rendimento nacional, numa distribuição efetiva desse produto, numa melhoria social para todos".

Convidado pelos trabalhadores para assistir ao plenário, esteve presente Canais Rocha, dirigente da Intersindical.

Entretanto representantes da comissão diretiva da Casa dos Pescadores de Peniche entregaram, ontem, ao secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas a importância de 147.760\$00, colaborando assim na campanha de "um dia de salário para a Nação".

Contributo dos trabalhadores do mar (pesca da sardinha e pesca artesanal), a oferta veio acompanhada de uma mensagem, onde se manifesta o desejo de "colaborar na ajuda das despesas extraordinárias que o Governo Provisório tem vindo a suportar".

Agradecendo àqueles trabalhadores, o dr. Carlos Carvalhas lembrou o alto significado do gesto e o sacrifício que o mesmo representa para um setor dos que mais sofreram no tempo do fascismo e ainda hoje vem suportando a sua parte na pesada herança que aquele regime nos deixou.

Os representantes dos pescadores de Peniche convidaram o secretário de Estado do Trabalho a visitar a sede do seu organismo sindical e a assistir a uma reunião dos trabalhadores.

No Ministério da Justiça foram recebidas várias quantias destinadas ao Governo Provisório e provenientes de adesões de funcionários de diversos serviços à campanha "Um dia de salário para a Nação". Assim, das conservatórias do Registo Civil de Pombal e ad Covilhã, receberam-se, respectivamente, 630\$00 e 1.179\$00; e dos 12.º e 4.º Cartórios Notariais de Lisboa, 1.961\$70 e 2.103\$00.



Oficina Técnica Especializada

Lonas — Fluidos e Peças em Geral
Vendas e Serviços
Rua Cardoso de Moraes, 328 — RIO
Fone: 230-1057

Cortiça e madeira para a U.R.S.S.

MOSCOU — Portugal vai entregar 1500 toneladas de pranchas de cortiça à União Soviética, nos termos de um contrato, assinado recentemente, e um acordo para a compra de 2500 a 3000 metros cúbicos de madeira de primeira qualidade será firmado em breve, segundo informou hoje a Tass.

Disse que os contratos são com a Companhia Portuguesa Amarrim. As pranchas de cortiça serão entregues no fim deste ano, e a madeira deverá começar a chegar em Dezembro.

A Tass citou Nikolai Zhi-venkov, diretor da Companhia Soviética de Comércio de Madeiras Exportiles, como afirmando que representantes da Amarrim e de outras empresas portuguesas são aguardados em Moscou, no próximo mês, para negociarem a venda de mais cortiça e de outros produtos no próximo ano.

Setúbal: reorganizam-se os estivadores e barqueiros

SETÚBAL — Cerca de 300 estivadores de barqueiros deste distrito escolheram uma comissão administrativa para substituir a direção do sindicato, a qual — após larga discussão acerca do respectivo exercício — se demitiu.

A finalidade da assembleia era reestruturar o funcionamento do sindicato, de modo que este possa servir, de fato os interesses dos associados.

São os seguintes os novos dirigentes: Manuel Joaquim da Silva Santos, Manuel Joaquim dos Santos Alexandre e José Deodoro dos Santos Pitaço, em representação de Setúbal; José António Sequeira, António Joaquim Ribeiro Macedo e José Libório Pinho Santos, pelos associados do Barreiro.

Ficou deliberado que o presidente da assembleia geral, a direção demitida e a comissão administrativa trabalharão em conjunto até à entrega legal dos bens do Sindicato.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da
Editores Portugalense Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmiento Pimentel
Joaquim Quinteiro
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciriano da Cunha
Redação

Rua Libero Badaro n.º 463 - 5.º - s/50
Caixa Postal 6248 - CEP 01000
Telefone: 37-9933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPUBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB.
A. J. Bravo
Pr. Floriano, 19, 1.º - s/13
Fone: 234-9765

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8387
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Pentimian Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tullina Vermelha
Postbus 15033 - Bijlmermeer

CANADA - Toronto, Ont.

Portuguese Canadian Democratic Association
P.O. Box 5921 - Station (A)
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1
Jiří Ribero
Pozlovní Úrad Jindřichská UL.
C. 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
2, Place François Villon
Escalier E - La Courneuve Seine

Assinaturas Para o Brasil

Annual	Cr\$ 120,00
Semestral	Cr\$ 70,00
Via aérea	
Annual	Cr\$ 170,00
Semestral	Cr\$ 120,00

Para o Exterior - via aérea

Annual	US\$ 28
Semestral	US\$ 21